

1 Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos, realizada no
3 dia 24 de Julho de 2019, presidida pelo Sr.
4 Secretário Márcio Nunes - Presidente, e
5 Secretariada pelo Sr. João Batistas Campos
6 - Secretário Executivo.

7 O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde, Srs. Conselheiros. Para fazer a abertura,
8 convido o Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e
9 Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Márcio Nunes.

10 O Sr. Presidente:- Declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual
11 de Recursos Hídricos.

12 Em nosso roteiro a gente tem quinze minutos para fazer a abertura, talvez a
13 gente não gaste nem isso. Boa parte dos membros do Conselho já faz parte de outros
14 conselhos e até nos conhece, mas vou fazer uma rápida apresentação. Para quem não me
15 conhece, sou Márcio Nunes, sou engenheiro agrônomo, sou deputado estadual, estou no
16 meu segundo mandato, já fui líder do PSD na Assembleia Legislativa, participei das
17 Comissões de Agricultura e Meio Ambiente e atualmente Secretário de Estado de
18 Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

19 Após as eleições, quando se inicia a composição do Governo, este Governo que
20 foi eleito em primeiro turno, com um programa de Governo bem elaborado, e tive a
21 oportunidade de participar da elaboração deste programa de Governo, era um trabalho
22 muito grande, não só técnico mas um trabalho percorrendo todo o Estado do Paraná,
23 chamou-se o Paraná Inovador. Tivemos a oportunidade de percorrer todas as regiões do
24 Estado fazendo um levantamento de quais eram as necessidades, as principais propostas
25 e da elaboração de um programa de governo.

26 Então, foi às urnas um candidato com um programa de governo. E este programa
27 de governo com esse candidato foi aprovado em primeiro turno, ganhou as eleições em
28 primeiro turno. Fomos procurados para executar este plano de governo que, através do
29 candidato, foi vitorioso. A partir desse momento, ganhei as eleições, composição da
30 equipe de governo em cima de tudo aquilo que tinha sido discutido de uma possível
31 redução no peso da máquina, porque os recursos públicos são muito escassos e têm que
32 ser utilizado da melhor forma possível, por isso precisaríamos ter um enxugamento da
33 máquina e a soma das principais pautas do programa de governo. Então resolvemos

34 cortar aproximadamente trinta secretarias. Quando isso acontece, algumas coisas têm
35 que ser fundidas, juntadas, as coisas que tivessem mais correlação.

36 Então, com apoio à época da Fundação Dom Cabral e a equipe que ajudou a
37 escrever o plano de Governo, resolveu-se então criar uma secretaria que passaria a se
38 chamar Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo com o objetivo
39 principal de integrar a parte de desenvolvimento. Todos sabem que tivemos uma
40 secretaria importante, que chamava Secretaria de Indústria e Comércio e essa secretaria
41 foi perdendo sua importância no decorrer do tempo e acabou confinada apenas a um
42 departamento dentro da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. E nós,
43 entendendo que era importante, apesar de que cada município faz isso, ter uma porta de
44 entrada para aqueles que querem empreender no Paraná, principalmente em nível de
45 informação, então qual a logística disponível e possível de ser implantada a curto,
46 médio e longo prazo? Mão de obra qualificada ou possível de ser qualificada, matéria-
47 prima disponível ou possível de ser disponibilizada, incentivos fiscais disponíveis e a
48 serem disponibilizados, principalmente levando em consideração que quanto mais
49 distante do Porto de Paranaguá, quanto mais distante das grandes populações mais
50 urbanizadas e mais urbanísticas, grandes conglomerados de pessoas, quanto mais
51 distante, teria um maior incentivo. Isso deveria ter uma visão diferenciada no Estado do
52 Paraná. Então, Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, vai ser uma parte integrante
53 e importante integrante desta secretaria.

54 Logo na sequência, a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável. Dizer que
55 não existe nenhum projeto hoje, não só no Brasil como no mundo, que possa nascer,
56 iniciar um processo de concepção sem o carimbo da sustentabilidade. Nasceu sem o
57 carimbo da sustentabilidade, o projeto é natimorto. Inclusive hoje tenho usado uma
58 palavra, que é do meu tempo, que é o cafona. Começou um projeto que não seja
59 sustentável, é cafona.

60 Então a sustentabilidade, lembrando que claro como temos um órgão ambiental
61 e a minha origem também é de um órgão ambiental, claro que a sustentabilidade
62 ambiental acaba estando mais presente na nossa vida, que é preservar os recursos
63 naturais para o futuro, utilizando de maneira adequada, mas não esquecendo que não
64 existe futuro sem presente. Temos que ser muito efetivos no presente para que
65 possamos enxergar um futuro com melhor qualidade, para que possamos encontrar os
66 caminhos. A partir do momento que você não é efetivo no presente, você não consegue

67 enxergar com clareza e nem traçar os caminhos para o futuro. Esse futuro sempre fica
68 muito turvo.

69 Mas é claro que a sustentabilidade é cultural, é social e também econômica. E
70 sempre digo que eu sou altamente sustentável. Quando acordo de manhã para trabalhar
71 e volto para casa, e no final do mês recebo meu salário, estou sendo sustentável. Estou
72 conseguindo levar de maneira sustentável minha vida e da minha família. Então, a
73 sustentabilidade no fim está em tudo, e muitas pessoas enxergam a sustentabilidade
74 muitas vezes de maneira inadequada.

75 Tenho dito que muitas vezes a sustentabilidade, no nosso caso que estamos no
76 Estado, quando o Estado faz uma intervenção que representa a sustentabilidade e pode
77 sair porque a coisa continua funcionando, continua sustentável. Então esse conceito
78 muitas vezes tem sido muito difícil de colocar para as pessoas. E num primeiro
79 momento entendemos que para mostrar o caminho da sustentabilidade, nós devíamos
80 fazer uma grande fusão dos três órgãos ambientais no Paraná: o Instituto das Águas do
81 Paraná, antiga Suderhsa, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e o Instituto de Terras,
82 Cartografia e Geologia - ITCG, num grande instituto que passaria se chamar e passa a se
83 chamar Instituto Água e Terra, e tem o Everton Souza como Presidente, para que
84 pudéssemos acabar com os sombreamentos que aconteciam, para que a política traçada
85 pela secretaria pudesse ser implementada e para que todo um roteiro decisório tivesse
86 uma interlocução mais direta do secretário, da política com os órgãos finalísticos.

87 Acabamos excluindo do organograma uma série de coordenadorias e colocamos
88 esse pessoal todo para trabalhar na área finalística e resolvemos montar esse grande
89 instituto que vem com uma clareza, dizer: “É muito possível crescer, desenvolver, gerar
90 emprego, renda, turismo, cuidar do meio ambiente e recuperar o meio ambiente!” Então
91 se queremos ser o Estado mais moderno do Brasil, temos que ser o Estado mais
92 moderno e mais sustentável do Brasil. Isso é muito possível de ser feito. É o grande
93 desafio desta nova Secretaria, inclusive é um tema mundial - estivemos esses dias em
94 Portugal e vimos acontecendo com muita força demonstrando claramente que não se
95 pode ter de um lado os desenvolvimentistas e do outro lado os ambientalistas, cada um
96 puxando a corda para um lado, cada um discutindo a sua ideologia e esquecendo-se de
97 discutir metodologia, como faz para encontrarmos o caminho e demonstrarmos que é
98 muito possível crescer, se desenvolver, cuidar e recuperar. Isso que vai nos diferenciar
99 dos demais. Briga e confusão entre ambientalistas e desenvolvimentistas são coisas do

100 passado. Estamos aqui para construir um novo momento, uma nova era. E só vai ser
101 sucesso realmente se isso acontecer.

102 Estávamos numa reunião em Ponta Grossa e as pessoas perguntaram: “Essa é
103 sua visão ou a visão da Secretaria?” Respondi: “Se eu for um bom Secretário com
104 certeza será a visão da Secretaria, porque as pessoas vão conseguir fazer que isso
105 aconteça!” Para mim é uma coisa muito simples, têm dias que penso: “Meu Deus, é uma
106 coisa tão simples! Será que é tão difícil para as pessoas entenderem? Será que é tão
107 difícil entender que dá para juntar as coisas, que as ações não podem ser separadas, que
108 as ações separadas não funcionam?”

109 Então, resolvemos nesta Secretaria, na junção dos institutos, demonstrar com
110 clareza que a nossa missão só finaliza a partir do momento que aquele que nos
111 procuram num primeiro momento, para toda esta questão de informações, numa
112 sequência para ter uma licença ambiental, nossa missão só termina na hora que esta
113 pessoa obtém o seu empreendimento. Não estou dizendo com isso que nós vamos
114 afrouxar, flexibilizar ou coisa parecida, mas dizer que a nossa missão é muito maior que
115 apenas dar uma licença. Muito maior! A nossa missão é que o empreendedor tenha
116 segurança técnica, segurança jurídica para que obtenha o seu intento. Quando obter o
117 seu intento acaba fazendo com que a economia gire muitas vezes, sem nem contar com
118 o dinheiro do Estado.

119 E aqui dou um exemplo, porque muitas vezes a gente não consegue dar um
120 exemplo mesmo sendo muito simples, mais corriqueiro, mas é para me fazer entender.
121 Neste grande instituto nós licenciamos desde um posto de gasolina, um cemitério, um
122 hospital, um loteamento, e cuidamos dos parques, por exemplo. Mas a partir do
123 momento que nós conseguimos, com segurança técnica e jurídica, liberar a licença de
124 um loteamento, por exemplo, sustentável, levando todas as condicionantes necessárias e
125 esse empreendedor faz seu registro, vendeu o primeiro terreno, pagou o primeiro
126 imposto que, logo na sequência, esse que comprou o terreno vai contratar o engenheiro,
127 vai recolher uma ART, vai contratar um arquiteto, que vai recolher outra ART, que vai
128 contratar um pedreiro, que vai pagar o seu ISS, uma empresa consultora, que foi na loja
129 do Sr. José comprar material de construção, cimento, pedra, areia, que teve que
130 contratar o Sr. Manuel, e o Sr. Manuel abasteceu o seu carro em um posto de gasolina
131 que nós licenciamos com segurança técnica e jurídica, então se pôs a economia toda
132 para girar, sem gastar um cruzeiro do Estado. “Ah, mas isso é muito simples, Márcio
133 Nunes!” Lógico, nós vamos fazer o que é simples. Grandes coisas elaboradas e

134 fantasiosas não vamos chegar a lugar nenhum. Então, queremos fazer uma coisa muito
135 simples e com muito segurança técnica e jurídica. Por isso que surgiu essa ideia de criar
136 os três institutos junto com o Desenvolvimento.

137 Na sequência, cada governo tem suas prioridades, e esse não é diferente. Claro
138 que saúde, segurança, educação, além de ser objetivo do Estado, acredito que seja a
139 função principal, mas cada Estado, fora o que é dever natural do Estado, escolhe suas
140 prioridades. E neste governo uma das prioridades é o Turismo. Então resolvemos trazer
141 o Turismo para junto do Desenvolvimento e Meio Ambiente, desenvolvimento
142 sustentável, porque entendemos que, além de estar subjugado em terceiro ou a quarto
143 plano, como ele é muito incipiente no Estado do Paraná, ele pode ter um maior
144 crescimento. E nós entendemos que o Turismo vai crescer como um todo, mas o
145 turismo que vai crescer é dos grandes negócios ligados à natureza, dos grandes negócios
146 ligados ao meio ambiente. Como estamos trabalhando em conjunto com boa parte das
147 organizações não governamentais, Ministério Público, no conceito de Curitiba, litoral e
148 região metropolitana, o coração da grande reserva da Mata Atlântica - a Mata Atlântica
149 está em São Paulo, está em Santa Catarina, mas estamos exatamente localizados no
150 coração da grande reserva da Mata Atlântica -, então é um destino só. É um destino só,
151 Curitiba, região metropolitana e litoral, o coração da Mata Atlântica. Aí vender seus
152 produtos, e vender o litoral, vender o roteiro das uvas, as nossas represas e assim por
153 diante.

154 Então o turismo, por ter esta característica de ser extremamente complementar, é
155 que a gente entende que esse turismo dos negócios ligados ao meio ambiente vai crescer
156 e vai acabar puxando todos os demais. Ele acaba puxando o gastronômico, o religioso, o
157 rodoviário, acaba puxando o de negócio, a visitação. Então, como o turismo é muito
158 pequeno no Brasil e pequeniníssimo no Paraná, se dermos a ele uma atenção, podemos
159 fazer com que seja uma grande mola-mestra alavancadora, de crescimento, de
160 desenvolvimento, a empresa que não polui sem chaminé. Nós estamos falando isso há
161 muito tempo, mas muitas vezes nós não estamos convencidos disso. Então, temos feito
162 uma repetição, né Júlio, muito grande todos os dias, a toda hora, desses conceitos que
163 são tão simples, mas se nós não tivermos convencidos disso, quem vamos convencer?
164 Primeiro temos que estar nós convencidos, porque aí até podemos convencer alguém.
165 Agora, se não tivermos convencidos não temos como convencer ninguém. Então, o
166 conceito da criação da Secretaria é esse.

167 Nesse mesmo lugar, nós tivemos uma reunião há mais ou menos um mês e agora
168 estamos aguardando e marcando a data da segunda, quando reunimos aqui as ONGs
169 ambientalistas, o Ministério Público e discutimos o Plano de Desenvolvimento
170 Sustentável do Litoral. Se quisermos ter turismo, precisamos ter infraestrutura,
171 precisamos ter desenvolvimento, precisamos cuidar do meio ambiente e assim por
172 diante. Então, estamos mostrando pela primeira vez na história, com muita clareza, o
173 que a gente pretende fazer sem detalhar cada um dos projetos. Mas agora temos uma
174 clareza muito grande do que a gente quer.

175 Eu sempre falo para o Júlio: “Olha, o pessoal quer subir o Pico do Marumbi. Um
176 turista estrangeiro, fotografar pássaros, etc., etc., etc.” Mas quando desce, no final da
177 tarde, ele quer um bom hotel, quer tomar um banho quente, comer uma boa comida, se
178 possível tomar um bom vinho, porque é assim que é feito o turismo do mundo inteiro.
179 Ele gosta de fazer a sua aventura, mas depois que terminar quer ter conforto. Então, é
180 um conceito muito simples, aplicado no mundo inteiro, que vamos poder iniciar esse
181 trabalho aqui. Então, por isso que trouxemos o turismo.

182 E a cada dia que passa, eu vejo que a decisão foi muito acertada. Talvez o
183 melhor casamento desta grande Secretaria, foi realmente trazer o turismo junto nessa
184 parada. E lembrando, nem nós conhecemos, nem os curitibanos conhecem o que tem
185 dentro da própria Curitiba. Nós tivemos agora no dia do parque, no domingo, fomos
186 visitar a área do Parque dos Mananciais, um parque que é da Sanepar, muito bonito,
187 mas infelizmente as pessoas não conhecem. É o conceito de quem usa, cuida. Quem usa,
188 cuida. Então, tem muita coisa que está aí, que muitas vezes por um excesso, ao invés de
189 estarmos ajudando, estamos atrapalhando. Então temos que fazer processos,
190 procedimentos para que possamos, de forma sustentável, criando e lembrando às
191 pessoas desse conceito de que “quem usa, cuida”, o que temos chamado de turismo
192 responsável. É o turismo responsável! São alguns conceitos que norteiam a nossa
193 Secretaria.

194 Então agradeço a todos que estão presentes aqui. Quero, neste momento, pedir
195 um voto de confiança, porque tudo o que estamos falando parece muito fácil, mas não é
196 fácil. Sempre tenho brincado que fortes batalhas se aproximam! Tudo o que a gente
197 pensa que é uma simplicidade muito grande para muita gente, não é simples. Mas estou
198 muito aberto para construir um futuro melhor. Estou muito aberto a isso. Tenho
199 procurado representar o equilíbrio. Se eu pudesse dar um nome hoje, depois de seis
200 meses à frente da Secretaria, o nome da Secretaria seria Secretaria do Equilíbrio para

201 equilibrar as forças, entre o crescimento, o desenvolvimento, a geração de emprego e o
202 cuidado e a recuperação do meio ambiente. Então, esse equilíbrio que nós estamos
203 procurando respeitar. Em nenhuma hipótese puxando para um lado ou para o outro, mas
204 sim que possamos construir caminhos para melhorar a vida das pessoas. Esse é o fim de
205 tudo. O fim de tudo é melhorar a vida das pessoas para que possam ser felizes, possam
206 ter um bom trabalho, sustentar a sua família, cuidar do meio ambiente, ter uma vida
207 melhor.

208 Esse é o caminho e o voto de confiança que peço a vocês, que vocês nos ajudem
209 a construir esse novo caminho. É um caminho muito velho, mas talvez falte iluminação
210 para que possamos todos juntos encontrar o caminho. Agradeço a cada um de vocês que
211 dispõe uma boa parte do tempo de vocês para estar presente conosco.

212 Passo a palavra ao João Batista, que vai relacionar o nome dos Conselheiros,
213 para que possamos dar posse neste momento. (Palmas).

214 O Sr. Secretário Executivo:- Então, faço a leitura dos novos conselheiros do
215 Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o período 2019/2020.

216 Como Presidente deste Conselho, o nosso Secretário de Estado do
217 Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Márcio Nunes; sou João Batista Campos -
218 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e estou aqui para
219 ajudar a conduzir esta reunião e ajudá-los neste processo de discussão para uma boa
220 gestão da política dos recursos hídricos no Estado do Paraná. Como representante do
221 Poder Executivo Estadual: da Secretaria de Estado da Saúde - titular Ivana Lúcia
222 Belmonte e suplente Donizete Leopoldo Calça; da Secretaria de Estado da Agricultura e
223 do Abastecimento - SEAB, titular Antônio Ricardo Lorenzon e suplente Ronei Luiz
224 Andretta; da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - titular
225 Maria Inês Terbecke e suplente Virgínia Thereza Nalini; da Secretaria de Estado da
226 Educação e do Esporte - titular Rosilaine Terezinha Durigan Mortella e a suplente
227 Denise Estorilho Baganha; da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - titular
228 Rodrigo Luiz Freitag e o suplente Jeferson Pereira Ben; da Secretaria de Estado da
229 Fazenda - titular Bárbara Barboza Lemes e a suplente Raquel Karina Loch; Paraná
230 Turismo - titular João Jacob Mehl e o suplente Rafael Andreguetto; do Instituto
231 Ambiental do Paraná - titular Everton Luiz da Costa Souza e a suplente Ivonete Coelho
232 da Silva Chaves; do Instituto das Águas do Paraná - titular José Luiz Scroccaro; do
233 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia - ITCG - titular Mozarte de Quadros Júnior e
234 a suplente Danielle Prim; Procuradoria Geral do Estado - titular Paulo Roberto Glaser e

235 o suplente Antônio Sérgio Bione Pinheiro; da Companhia de Habitação do Paraná -
236 Cohapar, titular Rodrigo Felipe Rocha e o suplente Luiz Carlos de Andrade;
237 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec, titular Eloir Hernani Albert
238 Júnior e o suplente Demitri Arnauld Pereira da Silva; do Instituto Paranaense de
239 Assistência Técnica e Extensão Rural - titular Benno Henrique Weigert Doetzer e o
240 suplente Adair Rech; da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - titular Tião
241 Medeiros e o suplente Paulo Litro; da Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná -
242 titular Agnaldo Trevisan; da Prefeitura Municipal de Rebouças - Luiz Everaldo Zak, e
243 da Prefeitura Municipal de Balsa Nova - Luís Claudio Costa. Da Sociedade Civil -
244 Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Pontifícia Universidade Católica do
245 Paraná - PUC, titular Rafaela da Silva Limons da Cunha e suplente Altair Rosa; da
246 Universidade Estadual do Paraná - Unespar, Lutécia Hiera da Cruz e o suplente
247 Alcemar Rodrigues Martelo; da Universidade Federal do Paraná - titular Irani dos
248 Santos e o suplente Gustavo Barbosa Athayde; Associação Brasileira de Águas
249 Subterrâneas - Abas, titular Hermann Vargas Silva. Das Organizações Não-
250 Governamentais: Arayara - titular Juliano Bueno de Araújo e o suplente Mauri César
251 Barbosa Pereira; do Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental -
252 SPVS - titular André Dias e a suplente Camila Maia. Dos Usuários de Recursos
253 Hídricos, Abastecimento de Água e Diluição de Efluentes Urbanos: Companhia de
254 Saneamento do Paraná - Sanepar, titular Júlio Cesar Gonchorosky e o suplente
255 Fernando Mauro Nascimento Guedes; Paranaguá Saneamento S/A - titular João Roberto
256 Rocha Moraes e suplente Lucas Tadeu Bergamim Arrosti; Companhia Paranaense de
257 Energia – Copel, titular Robson Luiz Schiefler da Silva; Engie Brasil Energia - titular,
258 José Lourival Magri e o suplente Marcelo Schultz. Da Captação Industrial e Diluição de
259 Efluentes Industriais: Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, titular
260 Mauricy Kawano e o suplente Hélio Bampi; Agropecuária e Irrigação e Organização
261 das Cooperativas do Estado do Paraná - titular Moisés Knaut Tokarski e o suplente
262 Sílvio Krinski; Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, titular Carla
263 Beck e o suplente Werner Hermann Meyer Junior. Dos Comitês de Bacia Hidrográfica:
264 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - Michel Ribas Galvão;
265 Comitê da Bacia do Jordão - Oscar Bicca Mespaque; Comitê da Bacia do Tibagi -
266 Andreia Aparecida de Oliveira; Comitê do Piraponema - Maurício Aparecido da Silva.

267 Ainda registro a presença dos conselheiros da Secretaria de Estado de
268 Planejamento e Projetos Estruturantes - titular Fabrício Miyagima e Nestor Bergonholo,
269 e da ABES - Pedro Luís Prado França.

270 Sr. Secretário, são esses os novos conselheiros.

271 O Sr. Presidente:- Então gostaria de dar as boas-vindas aos novos conselheiros e
272 declarar empossados para o biênio 2019/2020. (Palmas).

273 E gostaria de pedir ao Secretário João Batista que fizesse a verificação de
274 quórum para que pudéssemos prosseguir com a reunião.

275 O Sr. Secretário Executivo:- Presidente, temos quórum com a presença de 27
276 (vinte e sete) conselheiros de um total de indicados de 31 (trinta e um).

277 Presidente, vou fazer uma rápida apresentação deste Conselho de forma geral.
278 Provavelmente muitos dos novos conselheiros não têm ideia do que seja o Conselho
279 Estadual de Recursos Hídricos, a sua importância, o seu papel, o seu objetivo, então
280 rapidamente para vocês se localizarem e entenderem um pouco do importante papel que
281 vocês vão desenvolver nesses dois anos à frente.

282 O Sr. Presidente:- Está autorizado, João.

283 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Secretário e Presidente.

284 O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o órgão deliberativo e normativo, e
285 é o órgão central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do
286 Paraná. Foi criado em 1999 pela Lei Estadual 12.729/1999. A Lei Estadual nº 12.726,
287 de 26 de novembro de 1999, institui os instrumentos da Política Estadual de Recursos
288 Hídricos, a saber: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Plano de Bacia Hidrográfica, o
289 Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da
290 água; Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; Cobrança pelo direito de uso de
291 recursos hídricos; e Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. São
292 instrumentos estabelecidos por lei e passa pelo Conselho como um todo.

293 Nosso Conselho tem caráter colegiado: consultivo, normativo e deliberativo. É
294 um importante papel que podemos exercer no processo de gestão de recursos hídricos
295 do Estado do Paraná e está subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento
296 Sustentável e do Turismo - SEDEST.

297 Então, o Conselho é o órgão deliberativo e normativo central do Sistema
298 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e é composto por: I - representantes
299 de instituições do Poder Executivo Estadual, com atuação relevante nas questões de
300 meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável; II - representantes da

301 Assembleia Legislativa Estadual; III - representantes dos Municípios; IV -
302 representantes de entidades da sociedade civil relacionadas com recursos hídricos; V -
303 representantes de usuários de recursos hídricos; VI - representantes de Comitês de Bacia
304 Hidrográfica.

305 Em resumo, as representações são: Governo Estadual com dezessete
306 representantes e não governamental, dezessete representantes, sendo trinta e quatro ao
307 todo.

308 Nós temos, dentro do Conselho, câmaras técnicas. A possibilidade do
309 Presidente, de acordo com algum tema, determinar a criação de alguma câmara técnica,
310 se houver necessidade de desenvolvimento de algum tema específico. Temos a câmara
311 técnica de caráter permanente que é a Câmara Técnica dos Instrumentos da Política
312 Estadual de Recursos Hídricos - CTINS, inclusive vamos compô-la aqui. Por isso é
313 importante que vocês entendam a competência e a importância dessa câmara temática
314 para depois fazermos sua composição. E compete a esta câmara técnica: acompanhar,
315 analisar, relatar e emitir parecer técnico sobre matérias relacionadas aos instrumentos da
316 Política Estadual de Recursos Hídricos. É composta por um coordenador, com a função
317 de relator, indicado pelo Presidente do Conselho e referendado por vocês, três
318 integrantes escolhidos entre os membros representantes da Assembleia Legislativa e das
319 instituições do Poder Executivo do Conselho, três integrantes escolhidos entre os
320 membros representantes da sociedade civil e Comitês de Bacia Hidrográfica e três
321 integrantes escolhidos entre os representantes dos setores usuários de energia.

322 Então, mais ao final da reunião, vamos fazer a composição desta câmara técnica
323 e é importante que os conselheiros tenham ciência desta situação.

324 Era isso, Secretário.

325 O Sr. Presidente:- Passamos, neste momento, ao item dois da pauta que é a
326 discussão e aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária. Como a Ata foi repassada aos
327 conselheiros por e-mail, pergunto se alguém tem alguma dúvida quanto à redação da
328 Ata. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA por unanimidade.

329 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon:- Presidente, consta na Ata que o
330 Plano de Capacitação está anexa à Ata e não veio junto. Se fosse possível disponibilizar.

331 O Sr. Presidente:- Pedimos que seja encaminhado o anexo.

332 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon:- Linha 88.

333 O Sr. Presidente:- Perfeito.

334 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Presidente, eu teria
335 só uma observação, o senhor falou sobre a redação e não o conteúdo. E o conteúdo?

336 O Sr. Presidente:- O conteúdo é gravação.

337 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Só uma dúvida, na
338 linha 101, quando foi falado sobre a sociedade civil, falou sobre a inclusão de alguns
339 membros na discussão do Progestão, pelo o que entendi, eu não estava presente. Daí a
340 Olga Pollatti sugeriu que fosse encaminhado aos membros do Conselho um convite para
341 quem quisesse participar. Só queria saber se foi enviado esse convite. Eu não estava na
342 reunião, estou lendo só, não estou questionando, pois é uma boa atitude. Só para saber
343 se foi encaminhado.

344 E na linha 113, quando foi falado que na próxima reunião seria aberta uma
345 apresentação de trinta minutos sobre agrotóxicos e seu potencial de contaminação das
346 águas superficiais subterrâneas, se isso também foi considerado ou não, porque pelo o
347 que entendi essa seria a próxima reunião. Sei que era outro pessoal, talvez o João não
348 saiba, mas consta da Ata. Senão um dia vai parecer que foi feito e não foi feito.

349 O Sr. Presidente:- O João tem como responder?

350 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Instituto das Águas do Paraná):- Tendo
351 em vista que tivemos todas essas mudanças, Mauri, nós realmente não tivemos tempo
352 suficiente, até pedimos desculpas, porque estamos nos reorganizando com a nova
353 Secretaria, com a nova instituição, tivemos alguns atrapalhos, mas vai ficar registrado
354 que na próxima reunião nós vamos trazer isso aqui.

355 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Então, pelo o que
356 entendi esses dois itens ainda serão aprofundados. (Assentimento). Está bom. Obrigado.

357 O Sr. Presidente:- Serão pautados.

358 Antes de passar ao terceiro item de pauta, vou fazer por escrito, lógico, quero
359 fazer uma sugestão para que o nosso Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que
360 este Conselho possa ter também um Presidente de Honra. Várias instituições têm um
361 Presidente de Honra, e acho importante este Conselho pela importância que tem, para
362 evitar inclusive a descontinuidade, quando termina um governo e começa outro, acho
363 que devemos sempre nomear um Presidente de Honra. Claro que tem uma condição
364 honorífica, como o próprio cargo diz; vou encaminhar expediente ao Conselho, será
365 aprovado na próxima reunião, indicando um Presidente de Honra.

366 Queria indicar como primeiro Presidente de Honra deste importante Conselho
367 Estadual de Recursos Hídricos, o Sr. Eneas Souza Machado, nosso amigo,

368 companheiro, conselheiro, estava no meu início da minha vida profissional desta área
369 ambiental. (Palmas). Nem perguntei se ele aceita, ele nem está sabendo, mas para ser o
370 nosso Presidente de Honra neste primeiro momento à frente deste nosso importante
371 Conselho, pelos trabalhos já desempenhados neste Conselho e ao longo de toda a sua
372 carreira como funcionário público. Gostaria de saber se o senhor aceita, aí vou fazer
373 encaminhamento para que o senhor seja o nosso primeiro Presidente de Honra deste
374 Conselho.

375 O Sr. Conselheiro Eneias Souza Machado (IAP):- Eu aceito e vou ajudar no que
376 puder. (Palmas).

377 O Sr. Presidente:- Obrigado.

378 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Presidente, apesar da
379 nobreza, gostaria de fazer uma questão de ordem. (Assentimento). Esse tipo de
380 proposição carece de uma alteração no Regimento do Conselho. Só lembrar disso.

381 O Sr. Presidente:- Vamos colocar na pauta da próxima reunião para que a gente
382 possa fazer a alteração e aprovação.

383 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Homenagem justa e
384 merecida.

385 O Sr. Presidente:- Poderia, até de afogadilho, dizer que vamos aprovar agora,
386 mas como sei que tem esta questão do trâmite, vamos deixar para a próxima reunião.
387 Mas é uma homenagem que queria fazer ao Eneias, é uma satisfação mais para mim do
388 que para ele fazer uma homenagem para quem ensinou tanto a todos nós.

389 Neste momento, eu passo a palavra ao João Batista. Antes, porém, passo à
390 Presidência ao Sr. Everton da Costa Souza, do IAT.

391

392 (Assume a Presidência do Conselho, o Sr. Everton Costa Souza).

393

394 O Sr. Secretário Executivo:- Como Ordem do Dia, temos a discussão e
395 aprovação do Formulário de Autoavaliação dos Investimentos - Progestão II; aprovação
396 do Formulário de Autodeclaração dos Investimentos - Progestão II; Apreciação da
397 aplicação dos recursos financeiros do Progestão II, em 2018; Avaliação e deliberação da
398 minuta de resolução para elaboração do Relatório Conjunto dos Recursos Hídricos do
399 Paraná; Composição da Câmara Técnica de Instrumentos da Política Estadual de
400 Recursos Hídricos - CTINS; Proposta de criação e composição de um Grupo de
401 Trabalho para Revisão do Regimento Interno; Informes pelo Instituto das Águas do

402 Paraná: Informações sobre Planos de Bacias e Informações sobre o XXI Encontro
403 Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, de 21 a 25 de outubro de 2019, em Foz
404 do Iguaçu; Assuntos Gerais e Encerramento. São esses os pontos de pauta.

405 O Sr. Presidente:- Obrigado, João Batista.

406 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Como está na
407 Ordem do Dia, previsto no Artigo 4º do regimento, é este o momento se a gente tiver
408 alguma objeção sobre a pauta? (Assentimento). Eu sei que a pauta está longa, mas
409 gostaria de fazer algumas considerações.

410 Estou aqui representando essa instituição, achava que já tinha jogado a toalha, a
411 minha vida foi dedicada aos recursos hídricos, jogado a toalha no sentido de que me
412 retirei, aposentei-me do instituto, trabalhei em vários lugares, na ANA entre outros, no
413 Conselho Nacional. Entretanto, Everton, em um belo dia ou numa bela tarde, já não me
414 lembro, o Juliano, que conseguiu a aprovação da lei que proíbe fracking no Brasil, o gás
415 de xisto, recentemente aprovado, recebo um telefonema dele: “Mauri, quer ser, junto
416 com a gente, suplente?” “Suplente?! Está bom, não tem problema, ajudamos no que for
417 necessário.”

418 Então ele está numa reunião em Montevidéu, ele está ajudando na próxima COP
419 que será no Chile, então ele não pode comparecer. Essa é a justificativa por que estou
420 aqui. Mas sou grato. No que eu puder ajudar, contribuir proativamente, porque a gente
421 tem muita essa visão que sociedade civil é uma coisa e Governo é outra. A lei das águas
422 tem outro espírito diferente de todas as leis que nós temos que interfere.

423 Então, o Conselho é uma instância muito importante que temos que trabalhar
424 olhando para frente, sendo crítico quando precisar, mas sempre atuando de forma
425 proativa e buscando o fortalecimento da gestão das águas.

426 Neste sentido, pediria que fosse incluído na pauta desta reunião um ponto sobre
427 a construção de agendas de temas relevantes para a gestão dos recursos hídricos. Por
428 que eu digo isso? Os conselhos geralmente, aqui o Conselho Nacional, são pautados
429 pelos órgãos gestores, seja qual for. Isso já é uma experiência no Conselho Nacional, é
430 uma tentativa, de a gente estabelecer aquilo que é prioritário. Não quer dizer que não vai
431 discutir outros assuntos que são importantes na pauta, mas que a gente possa construir
432 uma agenda. Já que são dois anos, é um novo governo, um novo legislativo e um novo
433 conselho, que tem dois anos, eu até pensei que eram mais, que essa pauta seja bianual.
434 Daí a gente já sabe mais ou menos o nosso plano de voo. Quer dizer, onde a gente

435 pretende chegar. Cada reunião vem um assunto e a gente tem que debater, tem que
436 criticar, tem que se posicionar. Eu já conheço essa demanda de longo tempo.

437 Então, para evitar conflito, a gente sabe onde queremos chegar até o final. O
438 Secretário mesmo propôs a ter um plano de voo, já fizemos isso há muito tempo de unir
439 o IAP com a Surehma. Fizemos uma tentativa e não deu certo, dou minha mão à
440 palmatória. Mas confiamos que este Governo consiga fazer o que não conseguimos, e
441 hoje já tenho dúvidas isso vale à pena. Mas como estamos aqui para sermos proativos,
442 que a gente consiga montar uma pauta, até está por escrito, João, vou te deixar aí, tem
443 também no *pen drive* a justificativa e a proposta metodológica.

444 O que seria a proposta metodológica? Caso seja aprovado e enviado aos
445 conselheiros um formulário breve, que cada conselheiro possa levantar três ou quatro
446 pontos relevantes para não deixar isso só na mão do Conselho, ou seja, só na mão da
447 Secretaria. Sabemos que o João tem uma equipe, né João, que a gente pudesse de
448 repente aqui no final fazer um exercício, ter dois itens levantados. Eu mesmo fiz,
449 concluindo, tem a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos uma coisa que
450 acho importante, segurança hídrica, uso racional, fórum de comitês.

451 O Sr. Presidente:- Lei de mananciais, temos uma agenda muito grande. E quando
452 você começou, pensei que você estava se referindo a esta pauta.

453 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Eu acho de temas
454 relevantes, que fortaleça a política ecológica e ajude o Estado, os órgãos gestores e a
455 gente saiba para que estamos aqui nesses dois anos. Claro, estamos aqui para analisar os
456 temas que órgão gestor coloca, mas a Lei de Recursos Hídricos, gente, não é o órgão
457 gestor. A Lei de Recursos Hídricos do Conselho é compartilhada, é diferente do CEMA.
458 Todos temos responsabilidade. Se cada instituição aqui não compartilhar, vai sempre
459 ficar um daqui outro de lá, e não é este o conceito. O conceito da lei vale a pena, lei é
460 uma coisa e sistema é outra. Quem implementa a lei é o Conselho. Quem é o Conselho?
461 Nós, os órgãos gestores, os comitês de bacias, esses são implementadores. Então, nós
462 temos responsabilidade. Não adianta só jogar no Águas Paraná. Eu sou da área, eu sei, a
463 gente sempre joga.

464 Então, o que proponho, Sr. Presidente, é a construção de uma agenda.

465 O Sr. Presidente:- Ótima a contribuição, perfeito, mas seria na sequência. Gente,
466 não queria me alongar muito nesta discussão agora. Mas, por favor, o nosso Presidente
467 de Honra.

468 O Sr. Conselheiro Enéas Souza Machado (ABRH):- Obrigado, Everton. É só
469 para lembrar, salvo erro meu, João Batista, existe um decreto do Governador Beto Richa
470 que ampliou a gestão dos comitês de dois para quatro anos. Então, ficamos no meio de
471 uma gestão de quatro anos do Conselho, Comitês e Conselho. Então, o que houve hoje
472 aqui é a mudança dos membros do Estado em função da mudança de Governo, mas é a
473 mesma gestão do Conselho. Dá uma checada, por favor. Muito obrigado.

474 O Sr. Presidente:- Bem lembrado. Vamos fazer essa busca, Enéas, realmente
475 existia toda esta preocupação em relação às instituições de Estado neste novo formato.

476 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Sr. Presidente, só
477 queria a avaliação deste ponto de pauta, porque apresentei como proposta.

478 O Sr. Presidente:- Não entra na pauta de hoje.

479 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Eu propus para hoje.

480 O Sr. Presidente:- Então, vamos colocar em votação.

481 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Se não for hoje, qual
482 a avaliação de vocês?

483 O Sr. Presidente:- A sua proposta é para uma agenda para o Conselho Estadual
484 de Recursos Hídricos e se passarmos um formulário aos conselheiros para colhermos
485 essas contribuições, acredito que todos vamos acatar. É uma sugestão para ampliar
486 inclusive a capilaridade da discussão no Conselho. Evidentemente que existem as
487 agendas próprias, por exemplo, o órgão gestor tem sua agenda própria com relação aos
488 planos de bacia, aos enquadramentos. Tem uma sequência de instrumentos de gestão
489 que vão passar por aqui e que talvez até caiba realmente, até para efeito de um
490 planejamento futuro de funcionamento do Conselho, isso ser apresentado.

491 Então, eu entendo que estamos acolhendo a contribuição do conselheiro para que
492 futuramente possa emitir esses formulários e receber esta contribuição para que
493 possamos elaborar essa pauta futura no Conselho. Da minha parte, eu entendo assim. Se
494 algum conselheiro quiser se manifestar contrário a esta proposta, pode se manifestar
495 agora também. Acho que fazer o acolhimento de uma sugestão que é de contribuição
496 para o nosso funcionamento, é pertinente neste momento. Mas não para a pauta de hoje,
497 a pauta de hoje já está definida. Algum conselheiro quer se manifestar? (Pausa). A sua
498 proposta está por mim reconhecida.

499 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Só por uma questão
500 de objetividade, então ficaria entre essa reunião até a próxima, fazer essa pesquisa, esse
501 levantamento?

502 O Sr. Presidente:- Sem dúvida.

503 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- E se o senhor me
504 permitir, no final da reunião, nos informes, gostaria de ter cinco minutos para justificar
505 e elencar alguns itens, só para contribuição ao trabalho da Secretaria Executiva. Nos
506 informes!

507 O Sr. Presidente:- Na sequência da nossa pauta, será aberto a todos os
508 conselheiros e vão ter seu tempo devido. Vamos pegar um tempo que tivermos
509 disponível para o final da nossa reunião, ver quantos inscritos temos e separar esse
510 tempo para todos ter um tempo igual. Concordam? (Assentimento).

511 Então, gostaria de pedir à Jaqueline Dorneles de Souza fazer a apresentação do
512 Formulário de Autoavaliação 2018 - Progestão II. Por favor.

513 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Boa tarde. Everton, pediram-me para dar
514 um panorama geral do que é esse contrato, o que é este programa Progestão,
515 principalmente porque temos novos membros, e depois apresentar o Formulário de
516 Autoavaliação para deliberação.

517 Na verdade são quatro itens que têm que ser apresentados para deliberação, que
518 é a autoavaliação e a autodeclaração, inclusive acredito que vocês não receberam,
519 porém é bastante simples. Esses dois precisam ser aprovados e dois são só informativos,
520 que é a questão da capacitação e da aplicação do Progestão.

521 O Progestão é um programa criado pela ANA e é um Programa de Consolidação
522 do Pacto Nacional pela gestão das águas. A ANA, quando concebeu este programa,
523 começou a pensar nisso depois que foi pedido um projeto dentro do Aquífero Guarani,
524 que era aquele gerenciamento de todos os países que estão sob o Guarani, pediram um
525 levantamento de como os países e os Estados faziam a gestão de recursos hídricos. A
526 partir daí a ANA verificou essa adversidade, verificou que precisava fazer um programa
527 para que todos os Estados implementassem a Política Nacional e Estadual de Recursos
528 Hídricos tal qual ela foi concebida.

529 Ela foi avaliando que existia uma disparidade muito grande na implementação
530 das ações de estado para estado. Tem estado que até hoje não faz a outorga dos recursos
531 hídricos, tem estado que ainda não tem plano estadual, tem estado que já tem um
532 sistema bem consolidado, os comitês funcionam de forma bastante eficiente, captam
533 recursos, enfim. Então, esse programa tem este objetivo que é alavancar a
534 implementação da Política de Gestão de Recursos Hídricos no país.

535 É feito através de um pagamento anual, mediante cumprimento de metas, que
536 são acordadas entre a ANA e os estados, da ordem hoje de um milhão de reais, que é o
537 valor máximo. Os estados aderem voluntariamente, é feito um decreto estadual para
538 adesão, o primeiro ciclo deste programa foi de 2013 a 2016, e agora a gente já está no
539 segundo ciclo. Quem está no primeiro e no segundo ciclos varia também de acordo
540 quando cada estado aderiu ao programa. O Paraná foi um dos primeiros que aderiu.
541 Aderiu no primeiro ano, que foi em 2013, então já completamos o primeiro ciclo e
542 estamos no segundo período de avaliação do segundo ciclo.

543 Os objetivos, como falei, prover a articulação e também receber, além dessa
544 questão de alavancar a implementação da gestão, também a ANA precisa receber dos
545 estados os dados que ela precisa para fazer o gerenciamento nacional. Então, é
546 basicamente repasse de informações necessárias que os estados enviem para a ANA. As
547 metas são divididas em dois tipos: 1) As metas federativas, que são essas de repasse de
548 informações, tudo baseado em normativas legais. Essas metas são definidas pela ANA
549 para todos os estados, conforme o ciclo de adesão do Progestão, e anualmente existem
550 vários prazos para gente enviar essas informações. É o órgão gestor de recursos hídricos
551 que faz esse envio. 2) As metas de gerenciamento estadual, que é justamente essa
552 implementação dos instrumentos da política. Essas metas são definidas pela tipologia
553 escolhida pelos estados, já vou mostrar qual é a do Paraná na sequência.

554 Então, como eu falei, o Paraná foi um dos primeiros a aderir, foram nove estados
555 que aderiram no primeiro ano, aqui a gente tem o número do decreto e do contrato,
556 realmente é um contrato que o estado assina com a ANA. E a gente já recebeu recursos
557 da ordem de quatro milhões, quatro milhões e meio, mais ou menos, daí com a
558 remuneração monetária, ficaram cinco milhões e pouco e aplicamos, até agora, em torno
559 de dois milhões e cem mil. Esse programa já repassou para todos os estados da União,
560 hoje todos os estados já aderiram ao Progestão, cerca de noventa e dois milhões de
561 reais.

562 A questão da tipologia está relacionada com o grau de complexidade da gestão
563 dos recursos hídricos do Estado. Então o Paraná, desde o começo, se autoclassificou
564 com a tipologia C, e significa que a gente tem bacias com conflito pelo uso da água,
565 com maior intensidade e abrangência, mas não temos uma situação crítica de
566 disponibilidade ou de uso dos recursos hídricos.

567 A tipologia A e a tipologia C seriam quando tem menos usos. Então, se dermos
568 uma olhada aqui, esta é a classificação atual de cada estado da federação. Então, quem

569 não tem conflito é que realmente tem muita água, a grande maioria se coloca como B,
570 em alguns estados como C, que é o nosso caso, e alguns poucos estados na tipologia D.

571 O que muda de uma para outra? Muda as metas que você tem que alcançar.
572 Então, lógico, quanto mais complexo for o gerenciamento mais complexo é a estrutura
573 que você tem que ter para fazer isso. Então, esse quadro mostra que para a tipologia A
574 tem que se ter uma estrutura básica e para a tipologia D se tem que ter uma avançada.
575 Nós estamos nessa robusta.

576 Aqui estão listados todos os itens obrigatórios para o Estado do Paraná cumprir,
577 até o final desse ciclo, até o final de 2021. Então a cada ano são colocadas novas metas,
578 a ANA a cada ano vai colocando um grau maior de complexidade também no alcance
579 das metas, e aí o órgão gestor faz a autoavaliação que é aprovada por vocês.

580 Esta classificação é um pouco diferente, mas tudo o que está em negrito aqui o
581 Estado tem que implementar em algum momento dentro desse ciclo. Então, temos um
582 total de vinte e nove variáveis que a gente tem que cumprir, sendo que uma parte é
583 obrigatória e uma parte é facultativa. Dessas facultativas tem um número mínimo de
584 variáveis que temos que cumprir a cada ano. Agora estamos no segundo período do
585 segundo ciclo e temos que cumprir dezesseis variáveis dessas vinte e nove.

586 Como a ANA faz a avaliação e o cálculo do repasse? Então, como eu falei, o
587 Estado pode receber até um milhão de reais, conforme cumprimento das metas que
588 foram colocadas para aquele ano. Então os critérios são: 50% do valor é relativo ao
589 cumprimento daquelas metas federativas, acabei não fazendo um slide disso, mas dizem
590 respeito a: integração de dados de usuários de recursos hídricos; a disponibilização para
591 ANA, no formato que eles pedem no sistema deles; também a consistência de dados;
592 também a disponibilização de dados de monitoramento hidrológico, também no sistema
593 deles; fazer a fiscalização, a classificação e também enviar a documentação relativa à
594 segurança de barragem; enviar os dados para a conjuntura de recursos hídricos para a
595 ANA, e aí inclui desde planos de bacia, plano estadual, dados de fiscalização, questões
596 relativas à regulamentação; também aos usuários de recursos hídricos; também
597 execução do plano de capacitação, que também foi aprovado pelo Conselho.

598 Então, 50% de recurso diz respeito a essas metas. Essas metas anualmente a
599 ANA vai informando os estados, o que tem que ser feito, e os estados têm um prazo
600 para enviar os dados, e aí a ANA avalia se você cumpriu tudo e dá uma nota em cima
601 disso. Então, 25% é em cima da certificação das metas estaduais pelo Conselho, que é o
602 que a gente vai fazer aqui hoje, até duzentos e cinquenta mil. E neste segundo ciclo eles

603 incluíram um item novo que é a contrapartida do Estado. Então, de uma forma simples,
604 para cada real que o Estado investe a ANA dá mais um real para você investir, sendo
605 um mínimo de vinte e cinco mil e um máximo de duzentos e cinquenta mil reais. Claro
606 que para tudo isso a ANA estabelece quais os itens que você pode investir, tem os itens
607 que estado escolhe e acorda quando assina o contrato.

608 Eu esqueci de falar do fator de redução, que foi uma coisa nova que eles
609 instituíram. O Estado pode ter uma redução de até 16% desse valor total, se não cumprir
610 essas determinações, que são: 1) Comprovação de gestão patrimonial; 2) Dos bens que a
611 ANA envia para o Estado - a ANA envia carro, envia computadores, envia estação de
612 monitoramento, e aí também tem sistema de patrimônio que a gente tem que manter
613 atualizado; 3) Apresentar um relatório de gestão anualmente na Assembleia Legislativa;
614 4) Elaborar o plano plurianual de aplicação dos gastos dos recursos do Progestão; 5)
615 Comprovar o desembolso anual dessa contrapartida, desses recursos do Estado
616 investidos na gestão.

617 Então, aqui são as metas estaduais. E faço um destaque dos obrigatórios: os
618 organismos de gestão, porém não necessariamente independentes; fazer comunicação
619 social; capacitação; planejamento estratégico; plano estadual de recursos hídricos;
620 cadastro dos usuários dos recursos hídricos; o monitoramento hidrometeorológico;
621 monitoramento da qualidade da água; a cobrança pelo uso da água; e fazer a gestão do
622 fundo. Além disso, a questão dos programas indutores. Então, tudo isso é obrigatório
623 para nossa tipologia.

624 Como eu comentei, a cada ano vai aumentando o número de variáveis que você
625 tem que cumprir. Então estamos aqui no segundo ano, são dezesseis variáveis e vai
626 aumentando até chegar a vinte e quatro, das vinte e nove que o Estado elencou junto
627 com a ANA.

628 Qual o papel do Conselho dentro desse programa? O Conselho tem o papel de
629 aprovar a autoavaliação, que vocês já receberam e a gente vai deliberar hoje, e essa
630 autodeclaração é nova, é o primeiro ano que a gente está fazendo isso, é a
631 autodeclaração de aplicação de recursos próprios dos estados na gestão, precisa da
632 contrapartida. E para a apreciação é a capacitação, tanto uma proposta, foi aprovado
633 pelo Conselho o plano de capacitação, anualmente a gente apresenta o que fez no ano
634 anterior e a proposta para o ano corrente. Isso será feito hoje também. Da mesma forma
635 a aplicação dos recursos do Progestão. Também é feita a apreciação do plano plurianual
636 e também do executado no ano que passou.

637 Eu vou apresentar primeiro os itens que são só para apreciação.

638 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Já é o item de
639 avaliação?

640 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Já é o item.

641 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Everton, um minuto.
642 Tivemos uma participação na construção disso. O Progestão é um programa
643 superimportante que não tem outro paralelo no Brasil. Eu estava na ANA quando surgiu
644 isso, eles fizeram o que se chama Pacto Nacional das Águas. Então, não é um programa
645 criado pela ANA. Foi resultado de um trabalho, o Secretário Jonel e o Tarcísio
646 participaram da primeira reunião, da segunda já não me lembro, então, foi todo um ciclo
647 de verificar.

648 Vejam bem, para um Governo passar recurso a um estado sem contrapartida é
649 raridade. Esse não tem, não é um contrato. Esse é como cumprimento de meta. Então,
650 esses quatro milhões não têm aquela burocracia do Sicomb e outros. É um programa
651 que a AGU e a Procuradoria aprovaram, é inédito por meio de metas. Isso é importante
652 vocês saberem, por quê? Porque no Brasil há uma diferença muito grande entres os
653 estados. Quem está lá, como eu estive, é muito difícil essa disparidade. Então como a
654 gente fazer avançar esta gestão? Então, foi idealizado, eu acompanhei o Paulo Libânio
655 que foi o idealizador dessas metas, é uma coisa extraordinária. Se a área de meio
656 ambiente tivesse feito o mesmo, esse serve muito de modelo.

657 Só queria elucidar isso para deixar gravado, não só pelo elogio à equipe, mas
658 para quem não conhece deveria, tem o manual, tem todo um critério, está tudo no site
659 do Progestão na Agência Nacional de Águas. Era esta minha observação, Presidente,
660 pela importância.

661 O Sr. Presidente:- Obrigado, Mauri. Queria fazer um registro aqui, antes de
662 passar à Presidência ao Secretário Márcio Nunes novamente. Registrar a presença do
663 João Jacob Mehl da Paraná Turismo, que na hora que foi chamado não estava aí por
664 outros compromissos, e chegou também nosso conselheiro, o Prefeito de Rebouças, Sr.
665 Luiz Everaldo Zak. (Pausa).

666 O Secretário me autorizou a continuar, então vamos na sequência Jaqueline, para
667 que a gente não passe do tempo.

668 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Eu só queria complementar aqui, é um
669 programa maravilhoso mesmo, eu concordo com o Mauri, sou uma apaixonada por ele,
670 tanto que nem é muito minha área e estou aqui falando dele, enfim, participo desde o

671 começo. Mas é feito mediante um contrato de adesão do Estado com a ANA. É um
672 contrato normal...

673 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Mas não é um
674 contrato de retorno. Não é igual ao Sicomb, os outros.

675 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Sim, porém você tem que cumprir as
676 metas, você tem que estar regular fiscalmente. Teve um ano que a gente demorou para
677 receber porque o Paraná não estava regular. Então, tem sim algumas regras a serem
678 cumpridas, não é um dinheiro que vem de mão beijada. É um dinheiro que vem de uma
679 forma que não é fácil, a gente tem que fazer bastante coisa para conseguir, mas ele é
680 muito importante. Quando a gente vai às reuniões lá em Brasília, na ANA, a gente
681 percebe, não é o caso do Paraná, mas tem estados que é o único recurso que eles têm
682 para a gestão de recursos hídricos no Estado. Eles não têm mais nada, é zero. Então
683 realmente é um programa que alavanca mesmo.

684 Esse é um comparativo do que a gente tinha previsto para execução. Então,
685 agora vamos submeter à apreciação de vocês a aplicação dos recursos do Progestão no
686 ano de 2018. Esse quadro faz um comparativo do que a gente tinha previsto e o que a
687 gente efetivamente executou em 2018. A gente tinha previsto gastar recursos com
688 diárias e passagens, não utilizamos porque não foi necessário, usamos outra fonte de
689 recursos. Tínhamos previsto adquirir equipamentos de informática, que também não
690 fizemos porque a gente conseguiu um recurso bem maior do banco e vamos fazer uma
691 compra de equipamentos para a nova Secretaria e para o novo instituto. Estamos
692 trabalhando nisso agora. A questão de gastar dinheiro com a contratação de pessoal,
693 havíamos previsto seiscentos e setenta e cinco, conseguimos gastar cento e oitenta mil,
694 mais ou menos, com a residência técnica. E neste item a gente não avançou, porque
695 realmente existe um entrave jurídico. A nossa ideia era fazer um contrato para colocar
696 pessoas terceirizadas para trabalhar dentro do instituto e auxiliar nas funções, nas
697 atribuições do instituto. E aí tem uma questão jurídica relativa a criar vínculo
698 empregatício, então agora a gente desistiu totalmente disso, até porque a gente vai ter
699 concurso público. Então, nem vamos precisar disso aqui. Estava previsto para investir
700 em projetos e estudos e também a gente não fez, alguns por falta de pessoal, outros
701 porque usamos outras fontes de recursos, mas investimos o que não estava previsto:
702 mais ou menos um milhão de reais no monitoramento das estações hidrológicas e
703 meteorológica, uma parte para pagamento dos observadores porque o Águas Paraná tem
704 uma rede distribuída no Estado, mas são manuais. Temos uma pessoa que vai todos os

705 dias fazer leitura, às 7h e às 17h, anota e depois manda para a gente, e eles recebem um
706 valor por isso e é esse recurso aqui. E esses setecentos mil aqui é parte de um recurso
707 que foi repassado para o Simepar para fazer a manutenção e instalação de novas
708 estações e manutenções físicas da rede telemétrica, do Águas também.

709 Havíamos previsto gastar com ações de capacitação e treinamento trinta mil
710 reais, acabamos gastando duzentos mil reais para a participação no Fórum Mundial da
711 Água. E não conseguimos gastar o recurso que estava previsto para reforma do prédio
712 do Instituto. Acho até interessante comentar, porque foi uma decisão institucional,
713 guardar uma parte significativa desse recurso do Progestão, que a gente acumulou nos
714 primeiros anos, para a reforma do prédio. Quem vai lá vê que realmente estamos
715 precisando dessa reforma. A licitação foi publicada, mas tivemos alguns problemas,
716 teve que ser retirada e, pelo o que eu sei, o projeto está sendo readequado e vai ser
717 publicado este ano ainda. É esse valor aqui, que era o maior valor. Então tínhamos
718 previsto gastar quatro milhões e oitocentos mil reais, a gente sempre prevê que vai
719 gastar tudo, e a gente acabou gastando um milhão e meio, mais ou menos. E essa
720 diferença dos valores executados e previstos é que a gente considera que vai receber um
721 milhão, e é muito difícil receber um milhão, a gente acaba recebendo um pouquinho
722 menos, então, com o valor que a gente efetivamente recebeu, a gente tinha em caixa no
723 começo do ano quatro milhões e oitocentos mil reais, mais ou menos.

724 Agora com essa nova gestão, com essa nova estrutura que a gente está criando, a
725 gente achou interessante revisar o que tínhamos previsto como Plano Plurianual de
726 Aplicação dos Recursos, e estamos trazendo para apreciação de vocês. Então, isso era o
727 que estava previsto anteriormente, muito parecido com o que a gente tinha previsto para
728 2018. A aplicação sempre nos mesmos itens, e a gente fez uma nova proposta um pouco
729 mais detalhada que é essa proposta aqui. Então, o recurso que nós temos em caixa hoje,
730 temos três milhões e trezentos mil reais, mais ou menos, colocamos a parcela de um
731 milhão anualmente e considerando que este ano temos disponíveis quatro milhões e
732 trezentos mil reais para gastar. Mantivemos as diárias e as passagens, este ano ainda
733 mantivemos a residência técnica - cento e oitenta mil; quatrocentos mil reais para os
734 observadores, como foi feito o ano passado para o monitoramento; vinte mil reais para a
735 editoração do Conselho Estadual, que é um dos itens da pauta e vai ser apresentado
736 daqui a pouco; e cento e cinquenta mil reais para a realização XXI Encob, que vai ser
737 em Foz do Iguaçu; e aí mantivemos o recurso para a reforma, como falei, vai ser
738 lançado o edital de três milhões e quatrocentos mil reais.

739 Então, esta é a proposta para 2019.

740 Para o ano de 2020. Não vou repetir o que a gente deixou igual, só vou falar o
741 que a gente colocou de diferente. Esse item é um projeto de controle de cheias em
742 União da Vitória, mais ou menos, trezentos mil; capacitação dos técnicos estaduais e
743 das instituições envolvidas - então vai ter concurso ano que vem e provavelmente
744 vamos receber novas pessoas e também fazer reciclagem dos técnicos que já estão lá;
745 fazer a publicação finalmente do Livro Paraná e suas águas, está a quantos anos
746 esperando. Essa é a ideia para ano que vem.

747 Para 2021, o que colocamos de diferente. Colocamos também para outros
748 projetos de controle de cheias e obras de drenagem e estudos especiais de gestão e
749 melhorias da informação. A gente colocou para 2021 e 2022, que seriam, por exemplo,
750 a contratação de consistência de dados hidrológicos, consistência de dados de outorga
751 ou, às vezes, uma melhoria específica, um estudo específico para um sistema de suporte
752 à decisão, coisas relacionadas aos instrumentos de gestão. Mantivemos os valores dos
753 observadores, mantivemos também o valor para capacitação e para comunicação, que é
754 uma coisa que a gente sempre faz de temas relacionados à gestão de recursos hídricos, e
755 também para eventos. Essa é a proposta do novo gasto Plurianual que também estamos
756 apresentando para apreciação de vocês e vamos encaminhar para a ANA.

757 Quanto à capacitação, que também é apreciação...

758 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Só uma pergunta,
759 serão as três apresentações? Não é melhor discutir um a um? Como está item de pauta,
760 tem que cumprir os itens de pauta. A não ser que fosse proposto fazer a união dos três
761 porque é mais produtivo.

762 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Não tem problema, posso fazer na ordem
763 que está aí, João.

764 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Porque, por
765 exemplo, tenho uma consideração sobre o dois, mas aí fica uma confusão na discussão.
766 Uma coisa é discussão técnica e outra financeira. Seria mais produtivo, é uma sugestão,
767 mesmo porque é item de pauta.

768 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Vamos fazer na ordem, já que está na
769 pauta. Qual é a ordem?

770 O Sr. Presidente:- Vamos fazer na ordem. A questão do Formulário de
771 Autoavaliação mesmo.

772 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- O Formulário de Autoavaliação vocês
773 receberam. Estou mostrando aqui um resumo da autoavaliação.

774 O Sr. Presidente:- O primeiro item de pauta é o Formulário de Autoavaliação.

775 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Uma planilha, né.

776 O Sr. Secretário Executivo:- Foi uma planilha com várias folhas.

777 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Esse é só um resumo. Dentro da planilha
778 que vocês receberam tem várias abas, no final tem uma aba que é o resumo. Então, tem
779 lá, inicial, aba um, dois, três, são várias abas e no final tem uma que é o resumo. Dessa
780 aba que é o resumo, eu fiz outra que é essa que estou mostrando, só comparando o que o
781 Estado se propôs quando assinou o Progestão II e o que conseguimos, a avaliação que
782 fizemos este ano. Só para ter um comparativo, porque nem todo mundo tem isso na
783 cabeça. A ideia não é abrir cada item da planilha para eu falar para vocês, mas vamos
784 abrir para discussão os itens que vocês tiverem dúvida ou alguma consideração. Só para
785 não ficar muito cansativo, porque são muitos itens.

786 Como todos receberam, todos leram, então aqui é um resumo apresentado na
787 planilha com o comparativo, aqui é a nota que vocês receberam na planilha, são quatro
788 itens de fechamento, tem dois nesta e dois na próxima lâmina e aqui foi colocado o
789 nível que o Estado adotou. Qual o nível que o Estado pretende chegar ao final do
790 segundo ciclo do Progestão.

791 E os itens que a gente ficou abaixo do que a gente propôs, lembrando que a
792 proposta é para o último período e estamos no segundo período, ainda temos mais três
793 períodos. E a meta, para sermos aprovados pela ANA este ano, temos que cumprir
794 dezesseis itens dos vinte e nove. Cumprimos vinte e dois e em vários alcançamos uma
795 nota superior ao que foi proposto ou ao que é exigido pela tipologia.

796 Faltou eu comentar isso, todas essas notas são dadas em função da tipologia e
797 em função do nível de implementação que o Estado está em cada instrumento. O Paraná
798 é tipologia C e quer colocar dois, não pode. Para a tipologia C o mínimo é três, por
799 exemplo. Então, o que está apresentado aqui respeita isso. Então, as variáveis relativas à
800 questão legal, institucional e articulação social. Organização institucional, somos quatro
801 e o nível é 4, gestão de processos 2, arcabouço legal, Conselho Estadual de Recursos
802 Hídricos, Comitês de Bacias e outros organismos colegiados, a nossa meta é chegar no
803 final do programa no nível 4. A gente está no nível 3 porque a gente ainda não
804 conseguiu estabelecer, acho que é 75%, senão me engano do Estado...

805 O Sr. Presidente:- Nós temos doze unidades hidrográficas e oito comitês
806 implantados, temos ainda 33% para implementar.

807 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Isso. E o mínimo é 75% para atingirmos o
808 nível 4. Estamos perto.

809 Comunicação social e difusão de informações; capacitação, também ficamos
810 abaixo do 3, ficamos com 2 porque a gente ainda não consegue cumprir de uma forma
811 organizada a programação que a gente se propõe. Toda essa parte de capacitação é
812 muito nova para a gente, começamos a tratar disso em 2016, 2017. E a articulação com
813 os setores de usuários e transversais.

814 Nas variáveis relativas ao planejamento, tem o balanço hídrico, a divisão
815 hidrográfica, planejamento estratégico, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano
816 de Bacia, enquadramento e estudos especiais de gestão. Esses estudos especiais também
817 pretendemos chegar no nível 3 e avaliamos como item dois porque a gente não
818 consegue desenvolver muitos estudos específicos, a gente ainda está arrumando a casa
819 para a gestão como um todo. E aqui trata realmente de questões mais específicas.

820 As variáveis de informação e suporte, base hidrográfica, cadastro de usuários e
821 usos de interferência, monitoramento meteorológica - essa é uma variável que o nosso
822 nível é 4 e a gente já está no nível 5, monitoramento de qualidade da água, sistema de
823 informações nível 4 e a gente atingiu o nível 3. Por quê? Porque a gente tem um sistema
824 antigo, estamos terminando o desenvolvimento de um sistema novo que vai entrar no ar
825 agora em outubro deste ano, e o sistema antigo não cumpre todos os requisitos
826 estabelecidos para o nível 4. Então, tivemos que abaixar nossa avaliação para o nível 3.

827 Pesquisa, desenvolvimento e inovação, também o nível pretendido é 3 e estamos
828 no 2. Modelos e sistema de suporte de decisão a mesma coisa, é a mesma questão do
829 sistema de informações, está tudo junto esse novo sistema. Vai ser um sistema *online*
830 para solicitação da outorga, vai ter a parte de monitoramento de gestão de bacias
831 inclusive para uso dos comitês, e vai ter o sistema de suporte à decisão para tomada de
832 decisão para emissão da outorga. Vai ter também a parte de cálculo de cobrança pelo
833 uso da água, e a gestão de eventos críticos. Então, esses são os itens que a gente não
834 cumpriu. A maioria aqui a gente ficou abaixo está relacionada a mesma questão e a
835 gente já vai superar no final do ano.

836 Com relação às variáveis operacionais, na outorga de direito de recursos hídricos
837 o nosso nível adotado é 5 e nós avaliamos como 4, porque o nível 5 diz que você
838 conhece seguramente no mínimo 80% dos seus usuários de recursos hídricos. Hoje,

839 como a gente tem uma deficiência na fiscalização, a gente tem um cadastro que tem lá
840 mais de cinquenta mil registros de outorga de uso, mas a gente não tem segurança de
841 dizer que eles representam a totalidade dos usos do Estado. A gente sabe que tem muito
842 uso irregular e agora, também novamente, com a junção do instituto com o IAP, vai ser
843 uma única equipe de fiscalização, então a gente vai conseguir avançar nessa questão.
844 Além disso, os sistemas serão integrados, o sistema de licenciamento e de outorga e aí a
845 gente vai começar a forçar que o usuário peça a outorga quando é devida.

846 A fiscalização, que acabei de falar, nível 4 e 3. A gente está no nível que a gente
847 faz uma fiscalização reativa. Então, sob denúncia, sob demanda, a gente não faz um
848 planejamento de fiscalização, que é o que exige o nível 4. Cobrança pelo uso da água,
849 sustentabilidade financeira e infraestrutura hídrica, estamos também no nível 2 e 3. Aqui
850 a questão é a gente planejar um pouco mais o que é feito hoje. E o Fundo Estadual de
851 Recursos Hídricos e programas e projetos indutores.

852 Então, essa é a autoavaliação do Estado. Vou abrir agora para quem tiver algum
853 questionamento ou alguma observação sobre isso.

854 O Sr. Presidente:- Acho importante destacar, Jaqueline, que é um trabalho de
855 autoavaliação mesmo. Nós detectamos as nossas fragilidades, inclusive por que um dos
856 objetivos do Progestão é justamente pautar essa ação dos órgãos gestores e do sistema
857 como um todo. Então, é uma avaliação realista que tem que passar pelo Conselho essa
858 autoavaliação. É importante destacar que nós não estamos camuflando nenhuma
859 informação, justamente porque o nosso objetivo realmente é atacar estas fragilidades. E
860 como a Jaqueline falou, o Secretário também comentou a respeito do concurso, e tem
861 sido um dos nossos objetivos pegar todos esses vazios que nós ainda temos de
862 implementação da política para que a gente dê conta de cumprir com essas variáveis que
863 o Progestão nos apresenta.

864 Então, tudo o que foi falado de bom do Progestão dá essa receita para os órgãos
865 se autoavaliarem mesmo e buscarem essas melhorias nos procedimentos e ações. Então,
866 está colocado para apreciação do plenário a autoavaliação das metas estaduais.

867 Pois não, Mauri.

868 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Como disse no
869 início, nós viemos aqui, eu pela minha instituição, para trabalhar e contribuir. Se for só
870 para levantar a mão e apoiar, como já vi de ocasiões, não sou necessário aqui.

871 Então, no sentido de contribuir, quero dizer que esse formulário completo nós
872 não recebemos, recebendo só uma folha.

873 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Mauri, vocês receberam uma planilha.

874 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Bom, quer olhar
875 meu e-mail?

876 O Sr. Presidente:- É importante e vamos esclarecer.

877 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Eu recebi um
878 formulário do item dois quatro, que era o que eu estava consultando aqui. No e-mail
879 veio isso. No site está completo. No e-mail veio uma página.

880 O Sr. Secretário Executivo:- Vou esclarecer. Na verdade quando foi
881 encaminhada a pauta, transformamos todos os documentos em anexo em PDF. Quando
882 foi encaminhada junto com a pauta esse material, foi transformado em PDF e foi
883 somente uma página. Depois, logo depois, na sequência, imediatamente depois, foi
884 corrigido o e-mail e foi encaminhada toda a planilha completa para todos os
885 conselheiros.

886 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Bom, então passei
887 batido. Desculpem-me, gostaria de ajudar e contribuir, acho que a pauta é realmente
888 importante, mas como só recebi esse e depois não observei ou não estava claro que no
889 outro ofício estava mencionado, eu abri só essa, só o primeiro. Então, talvez na
890 comunicação, João, tem que ser mais claro. Dizer: “Olha o arquivo tal porque na
891 primeira só foi a folha um!” Eu trabalhei todo esse tempo, eu trabalhei domingo lendo
892 isso. Eu não trabalho em órgão público e não recebo mais, sou aposentado, mas não
893 tenho a função. Eu trabalhei domingo, li, gosto de ler, acho que a gente veio para
894 contribuir.

895 Então, Sr. Presidente, em relação à variável 2.4 e 2.6 não é uma questão de dizer
896 se a prova ou não aprova. Aprova! Mas tem que ser complementar. O que estamos
897 sugerindo na 2.4, está aqui por escrito como requerimento, quando fala de Plano
898 Estadual de Recursos Hídricos, gostaríamos que fosse incluído o plano. Lá tem a meta
899 que foi 75, não lembro exatamente de cabeça, está aqui, teria que abrir de novo. Então,
900 na 2.4 gostaria que fosse mencionado que ele está desatualizado. Ele é de 2009, eu sou
901 uma pessoa que sempre falei que tem que ser atualizado, aí virou um papapa, um
902 nhenhenhem, como eu digo, e não chegou ao final.

903 Ele necessita de atualização, seja com o recurso do fundo, do Progestão. Então,
904 minha palavra objetivamente, 2.4, escrever: plano desatualizado, necessidade de
905 atualização e atualização será objeto de discussão no Conselho. Só isso. No 2.6 -
906 enquadramento. Estou sugerindo que o tema, além de tudo o que está, não é tirar nada,

907 que o tema tem sido objeto de discussões e conflitos no Estado do Paraná, e é uma
908 verdade, especialmente nos trechos que estão propostos classe 4, tendo como exemplo o
909 caso do Tibagi. É um tema recorrente que vem sendo aprofundado. Isso não vai
910 desmerecer ninguém. Como só analisei esta folha, só posso contribuir com o que eu
911 analisei, se vocês me permitirem depois eu olho o restante, senão passa batido.

912 O Sr. Presidente:- Nós agradecemos o seu trabalho, como de tantos outros
913 voluntários, a gente só tem a agradecer realmente às suas contribuições. Acredito que
914 pelo silêncio dos demais conselheiros, estão se sentindo à vontade para fazer a
915 aprovação desta autoavaliação. Esse é o entendimento? (Assentimento). E as
916 considerações que o Mauri fez serão constadas em Ata para que a gente possa
917 futuramente, quem sabe... Essa questão do Plano Estadual, por exemplo, está muito
918 voltada, né Mauri, e todos nós reconhecemos as nossas fragilidades no sistema, nós
919 focamos muito mais nos planos táticos das bacias hidrográficas. Foi focado nesse
920 objetivo de adequar, porque toda essa discussão, todo esse conflito que existe hoje em
921 relação à questão do enquadramento é porque o nosso enquadramento é totalmente
922 desatualizado.

923 Então, essa discussão realmente quando você traz à tona uma coisa que foi
924 discutida há vinte e cinco, trinta anos, com uma realidade de vinte e cinco, trinta anos
925 atrás e traz para os dias atuais, você realmente enfrenta conflitos. E esses conflitos
926 fazem parte do processo de gestão. No meu entender, são salutares inclusive para que
927 possamos tomar as melhores decisões. Então, o Plano Estadual, não vou dizer que foi
928 deixado de lado, mas foi atacado principalmente os planos táticos de bacia hidrográfica,
929 no intuito de chegarmos principalmente no instrumento da outorga de efluentes,
930 principalmente a outorga de efluentes e de enquadramento, numa situação mais real.
931 Porque o que estava acontecendo é que nós não estávamos conseguindo mais enquadrar
932 o setor produtivo nos enquadramentos que tínhamos trinta anos atrás, porque a realidade
933 os corpos d'água de trinta anos atrás é muito diferente da realidade atual. Por isso esse
934 foco.

935 Agora, novamente admitindo todas as fragilidades que de certa forma todos nós
936 colaboramos para essas fragilidades nos últimos anos, vamos tentar corrigir isso com
937 novas pessoas, uma ação mais forte junto aos novos comitês. Temos quatro unidades
938 hidrográficas que estão com o enquadramento de trinta anos atrás. E isso impõe ao setor
939 produtivo, principalmente, restrições que hoje não são realidades mais, aqueles corpos
940 d'água não são mais aqueles. Por isso que temos na sequência chegar ao ponto de

941 termos todos os planos de bacia prontos, todos os enquadramentos prontos, para daí
942 podermos partir para o instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos que
943 também é polêmico, também é conflituoso. Não foi fácil. E o nosso Presidente de Honra
944 vivenciou o quanto foi difícil implementar a cobrança aqui no Alto Iguaçu, junto com o
945 Secretário na época, foi bem nesse momento que foi implementado, o Secretário e
946 Presidente do Instituto das Águas.

947 Então, perfeito. Vamos atacar as fragilidades. Temos que admitir que o Plano
948 Estadual está realmente fragilizado. Agora temos que dizer também, eu insisto muito
949 nisso e o Secretário também concorda, que as contratações que fazemos para planos de
950 bacia, por exemplo, impactam sobremaneira na nossa equipe técnica. O Plano de Bacia
951 não é feito pela consultoria, né Secretário. Não é feito pela consultoria. É feito também
952 pela equipe técnica do Instituto das Águas, do IAP, o IAP participa ativamente enquanto
953 ainda não temos essa fusão consolidada, mas é importante destacar que o
954 comprometimento da equipe técnica é muito grande. Então, fisicamente não se deu
955 conta de fazer oito planos de bacia, oito enquadramentos, praticamente oito
956 enquadramentos, se bem que nem todos estão aprovados ainda, e ainda assim revisar o
957 Plano Estadual.

958 Não estou aqui querendo justificar, eu inclusive estou nessa área há muito tempo
959 e me sinto responsável por ela e pelas mazelas também, mas acho que foi feito tudo
960 dentro das possibilidades que se tinha, e o Paraná, para quem não acompanha em nível
961 nacional, é um estado respeitado do ponto de vista de gestão. O Mauri sabe disso e
962 vivenciou isso lá na ANA. Mas temos problemas e o Progestão nos ajuda a suprir essas
963 fragilidades. Então, se os demais conselheiros se sentirem à vontade para fazermos essa
964 aprovação do Formulário de Autoavaliação podemos partir para esta aprovação.

965 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Eu gostaria só de
966 saber, para ser objetivo, se vai ser considerado a palavra ‘desatualizado’ nesse texto. Só
967 para complementar, não é alterar nada, e colocar que é de conflito. Só isso que estou
968 precisando. E dizer, Everton, conheço e parabeno o esforço, eu desisti, poderia estar aí
969 continuando, desisti, perdi dinheiro porque não aguentei e os parabeno por aguentar
970 esse rojão. Não é fácil, tenho um desânimo, não é com o Paraná, é com a gestão como
971 um todo, embora acredite no que está na lei, acredite no que está no sistema, mas
972 infelizmente não é implementado como está no papel.

973 Dito isso, eu insisto em colocar ‘desatualizado’ no plano, porque se fosse assim
974 não teríamos Plano Nacional de Recursos Hídricos. Se fosse esperar ter todos os planos

975 de bacia não existiria Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Plano Nacional de
976 Recursos Hídricos já foi atualizado uma vez e vai começar a ser atualizado este ano,
977 Márcio. Então, há necessidade. Nós tivemos depois do plano de 2009, Everton, você
978 sabe disso, a Lei de Barragem e tantas outras. Então, há uma necessidade de atualizar.
979 Se você quer um plano, Márcio, de voo até o final de quatro anos, tem que ter esse
980 Plano Estadual. Não é executivo, é de diretrizes, é atualizar. Ele foi bem-feito, eu
981 conheço, ele foi bem-feito, conheço item por item, mas precisa ser atualizado. É só isso.
982 Obrigado.

983 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Mauri, apesar do Everton estar presidindo, no
984 meu entendimento estamos misturando um pouco as coisas. Estamos analisando a tábua
985 de avaliação que recebemos aqui, os técnicos do Instituto das Águas do Paraná fez uma
986 autoavaliação do trabalho que fizeram. É isso que está sendo submetido à votação. As
987 outras coisas que precisamos implementar, que precisamos mudar, que precisamos
988 fazer, podemos discutir lá na frente. Estou mais como mediador, porque é o Everton que
989 está presidindo, não sou eu, porque uma coisa é uma coisa. Quer dizer, estamos
990 mostrando a autoavaliação, mostrando a crítica do próprio pessoal do Instituto, é o
991 trabalho deles, que acho que é meritório, poderiam ter dado nota dez em tudo para eles,
992 inclusive perante o Brasil o trabalho é muito bom quando se analisa a média, nós
993 estamos muito acima da média. Mas separar as coisas. O que você está colocando tem
994 uma pertinência grande e é o nosso sonho. Não desista não, nós precisamos de você nos
995 ajudando nesse processo de construção. Então, separar as coisas, Mauri.

996 O Sr. Presidente:- Com a palavra Lorenzon.

997 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Como está na variável
998 2.4 na justificativa, eu só precisava de uma informação. O decreto que tirou a natureza
999 especial dos fundos, continua vigente?

1000 O Sr. Presidente:- Sim.

1001 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Porque está na
1002 justificativa a utilização dos recursos do fundo para a implementação dos programas. A
1003 gente tem a experiência dos quinze milhões, a maior parte foi contingenciada ou não foi
1004 utilizada de acordo com a aplicação dos fundos. Então, permanecendo esse decreto fica
1005 meio estranho. Eu até em outras ocasiões já falei que eu me recusava votar nas questões
1006 de fundo de recurso hídrico, que eu não iria mais apresentar o meu voto enquanto
1007 tivesse o decreto, porque o decreto tira a natureza especial do fundo. Fica meio sem

1008 sentido se aprovar ou não as despesas. A expectativa é que isso permaneça? Pretende
1009 tirar isso?

1010 O Sr. Presidente:- Nós temos feito uma defesa muito forte com relação ao
1011 contingenciamento, especialmente na questão da cobrança pelo uso do recurso hídrico.
1012 Especialmente, especialmente! Por conta de que esse recurso, que está dentro do Fundo
1013 Estadual de Recursos Hídricos numa conta de cobrança pelo uso de recurso hídrico do
1014 Alto Iguaçu, é um dinheiro que não é do Estado, um dinheiro que foi negociado entre o
1015 sistema de gestão de recursos hídricos com os usuários de recursos hídricos. A Sanepar,
1016 em particular, que é a maior usuária e o setor industrial, pena que o Kawano não está aí,
1017 principalmente as indústrias e a Sanepar são as maiores, por conta de que isso
1018 desmoralizaria o instrumento da cobrança.

1019 O Secretário está sensibilizado em garantimos aqueles valores que hoje estão na
1020 ordem de quatorze milhões de reais, aproximadamente, que foram auferidos até agora
1021 com a cobrança do Alto Iguaçu, que esses recursos sejam garantidos. Os demais
1022 recursos do Fundo Estadual vão ter que ser negociados, inclusive com a participação
1023 efetiva do Secretário, que tem essa preocupação de poder se utilizar do Fundo Estadual
1024 de Recursos Hídricos para ações que realmente se revertam para gestão e para benefício
1025 da qualidade e quantidade dos recursos hídricos no Estado.

1026 Então, hoje o fato do Secretário Márcio Nunes ser um deputado ocupando a
1027 Secretaria, um deputado reeleito, que aumentou a sua votação inclusive no segundo
1028 mandato, traz para nós da gestão de recursos hídricos uma esperança de que essa
1029 negociação toda seja... Estou trazendo uma responsabilidade ao Secretário, mas já
1030 conversamos sobre esse assunto. Agora, realmente a preocupação maior é com relação à
1031 garantia dos recursos da cobrança. E toda essa negociação com os futuros planos da
1032 aplicação dos recursos do FEMA vai passar por uma intervenção política forte do
1033 Secretário.

1034 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Mais uma vez quero colaborar, estamos falando
1035 aqui dos recursos oriundos do Progestão, que não tem nada a ver com recursos do
1036 Fundo Estadual de Recursos Hídricos. São duas coisas que devemos separar. Estamos
1037 falando do recurso do Progestão, que é um recurso que vem do Governo Federal,
1038 diretamente está sendo prestado conta de como foi utilizado e o dinheiro que ficou em
1039 caixa, como pretendemos utilizar.

1040 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Isso é para a questão da apreciação. O que
1041 o Lorenzon comentou é que a gente cita na variável do Plano Estadual, que a gente vai

1042 usar os recursos do fundo para implementar as ações definidas no Plano, e aí com o
1043 fundo contingenciado a gente fica com as mãos amarradas, mas não é a aprovação disso,
1044 é só porque realmente está citado nesta variável. Talvez a gente devesse ter tirado.

1045 O Sr. Presidente:- Então, para a apreciação do plenário.

1046 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Eu só preciso complementar, Everton,
1047 porque a gente fez uma alteração no texto em alguns itens, depois que a planilha foi
1048 encaminhada. Não houve nenhuma alteração da nota, foi só a correção de alguns itens e
1049 uma complementação de informações que vou mostrar aqui agora. São quatro ou cinco
1050 itens.

1051 Então, no item 1.1 vou ler como ficou, não vou ler como era porque a parte
1052 inicial não muda, é uma complementação mesmo. Então, ficou lá: O Instituto das Águas
1053 do Paraná - AGUASPARANÁ é o organismo estadual gestor de recursos hídricos.
1054 Trata-se de autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos
1055 Hídricos - SEMA, organismo coordenador do Progestão no estado. Persistem os
1056 problemas de falta de recursos materiais e humanos, apesar de ter sido iniciado o
1057 Programa de Residência Técnica Ambiental, em abril de 2018, cuja duração é de dois
1058 anos, e possibilitou ao AGUASPARANÁ receber dez profissionais recém-formados,
1059 entre engenheiros civis, ambientais, químicos e arquiteto, para atuarem nas áreas de
1060 outorga, gestão de bacias hidrográficas e saneamento ambiental.

1061 Então, foi só para complementar, porque a gente fala aqui da falta de pessoal e,
1062 no entanto, essa residência técnica fez uma diferença enorme na execução das
1063 atribuições do Águas e a gente achou que era relevante incluir.

1064 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Só lembrando, Jaqueline, que a partir deste ano
1065 são duzentos e cinquenta residentes técnicos.

1066 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Sim, eu soube desta boa notícia.

1067 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- E o contrato já passou por todas as áreas,
1068 primeiro concurso autorizado pelo Governador Ratinho Júnior é do novo IAT, com
1069 cento e setenta vagas.

1070 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Para o novo Instituto, né.

1071 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Depois de trinta e três anos, depois de trinta e
1072 três anos conseguimos os primeiros cento e setenta novos moicanos.

1073 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- E o próximo item foi no 1.3 - arcabouço
1074 legal, foi feita uma correção de uma palavra que estava errada de 'estabeleceu' para
1075 estabeleceu, hídricos, e foi complementado aqui que tinha sido colocado que estava em

1076 ‘elaboração a regulamentação de Segurança de Barragens’. Na verdade essa
1077 regulamentação foi concluída no final do ano passado. Foi publicada a Portaria nº
1078 46/2018 sobre Segurança de Barragens.

1079 Item 1.7 - comunicação social, foi mantida esta primeira parte e incluído que em
1080 2018, destaca-se que houve a publicação do "Resumo Executivo da Atualização do
1081 Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do
1082 Alto Ribeira" e início de divulgação do XXI Encontro Nacional de Comitês de Bacias
1083 Hidrográficas, a ser realizado em outubro de 2019, em Foz do Iguaçu. Ademais, tendo
1084 em vista aprimorar e facilitar a difusão de informações à sociedade em geral, o Estado
1085 solicitou um pesquisador para desenvolver o “Relatório de Conjuntura dos Recursos
1086 Hídricos do Paraná”, por meio da Chamada Pública IPEA/PNPD nº 015/2018, tendo
1087 iniciado seus trabalhos em junho de 2018. Esse assunto vai ser tratado ainda na reunião
1088 de hoje, vai ser feita uma breve apresentação do que essa ideia do Conjuntura Estadual e
1089 será proposta uma minuta para uma resolução do Conselho deliberando sobre esta
1090 questão.

1091 Na capacitação houve algumas correções. Esse item a gente até pede desculpas,
1092 porque como era a Olga que cuidava disso e a Olga saiu meio rápido, por questão de
1093 doença, a gente perdeu um pouco o controle que ela tinha e a gente demorou um
1094 pouquinho para recuperar. Mas o que foi complementado aqui é que houve a
1095 participação de técnicos do AGUASPARANÁ em curso de segurança de barragens, em
1096 curso de hidrometria. Basicamente isso que tem de novo.

1097 E no Item 1.9 - Articulação com setores usuários e transversais, foi incluído que
1098 foi instaurado o Comitê Paranaense de Segurança de Barragem que é um esforço
1099 conjunto de várias instituições, capitaneado pela Defesa Civil, que trata desta questão e
1100 inclui todos os órgãos que participam da gestão de segurança de barragens no Estado.

1101 3.6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, foi acrescentado: “Assim, o
1102 AGUASPARANÁ recebeu dez profissionais, entre engenheiros civis, ambientais,
1103 químicos e arquiteto, para atuação nas áreas de outorga, gestão de bacias hidrográficas e
1104 saneamento ambiental.”

1105 3.8 - Gestão de Eventos Críticos, na verdade isso não estava colocado desta
1106 forma: “A sala de situação do AGUASPARANÁ serve de apoio à instalada na
1107 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, e somente nesta última são mantidos técnicos
1108 24 h/dia. Há uma articulação com a Defesa Civil e o SIMEPAR, em que os alertas
1109 hidrológicos são emitidos por um sistema *online*, fornecendo informações de todas as

1110 estações hidrológicas do AGUASPARANÁ, SIMEPAR, CEMADEN, COPEL. A
1111 simbologia de cores varia com as condições hidrológicas de normalidade (verde),
1112 atenção (azul) e alerta (amarelo), e sempre que o ícone da estação aparece em amarelo,
1113 a Defesa Civil avalia os dados e emite alertas à comunidade. Além das informações
1114 hidrológicas de chuva e nível dos rios nas estações, o sistema também fornece a
1115 previsão de chuva para as próximas 24h e 4 h e, no site do AGUASPARANÁ, temos a
1116 Previsão Hidrológica para as sub-bacias hidrográficas com maior recorrência de cheias,
1117 tais como no Rio Marrecas, em Francisco Beltrão, em Marmeleiro, Alto Iguacu, São
1118 Mateus do Sul, União da Vitória, no Rio Tibagi, em Jataizinho.” Isso aqui foi colocado
1119 porque a ANA forneceu equipamentos para que o Águas Paraná montasse uma sala de
1120 situação de eventos críticos dentro do Águas Paraná não tem profissionais que possam
1121 trabalhar, fazer aquele esquema de 24/7. Então a Defesa Civil na mesma época, foi feita
1122 uma articulação, eles montaram aqui nesse prédio a sala de situação deles, e a gente
1123 trabalha de forma complementar. Foi até um pedido da ANA que a gente esclarecesse
1124 esse ponto.

1125 4.5 - Infraestrutura hídrica, foi complementado sobre outra obra executada é a
1126 bacia de retenção no Rio Palmital, obra estrutural de controle de cheias embasada no
1127 Plano Diretor de Drenagem na Bacia do Alto Iguacu.

1128 O Sr. Presidente:- Só reforçando, Jaqueline, aquela questão do que talvez seria o
1129 não cumprimento em relação ao fornecimento de equipamento para a sala de situação, é
1130 que nós estamos aqui usando o mesmo *slogan* que a Defesa Civil usa. Eles dizem assim:
1131 “A Defesa Civil somos todos nós!” Como gestão de recursos hídricos, somos todos nós.

1132 Quem ainda não conhece a sala de situação da Defesa Civil é um lugar para se
1133 conhecer, é um lugar muito bacana, onde existe esse controle da questão das estações
1134 telemétricas, da questão do volume previsível de chuva, para que essas ações da Defesa
1135 Civil, que era o objetivo inicial e que talvez não tivesse nem bem enquadrados mesmo
1136 no órgão gestor. Agora esta articulação que foi feita é que é importante para
1137 potencializar as ações de estado para que a gente realmente fazer aquela prevenção de
1138 eventos críticos, que está sendo feita de uma forma muito profissional e com
1139 equipamentos de última geração e tudo mais. Então, acho que é isso que tem que
1140 destacar ali, e as demais alterações feitas é praticamente só de forma, né Jaqueline,
1141 então acho que a gente poderia retornar para a questão do plenário, para as
1142 manifestações do plenário.

1143 Então, não havendo novas contribuições, podemos considerar que o formulário
1144 de autoavaliação está aprovado.

1145 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Everton, só informo
1146 que como só recebi a folha um, mesmo que seja posterior vou dar uma olhada,
1147 geralmente está bem-feito, talvez são palavras ou são complementos. Daí eu farei. Do
1148 restante, quero que fique registrado, não podemos opinar porque não verificamos. Só a
1149 variável 2.4.

1150 O Sr. Presidente:- Temos uma abstenção apenas, ficando APROVADO o
1151 Formulário de Autoavaliação, e é válida toda a contribuição que vier.

1152 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Everton, mas aí a gente espera essas
1153 contribuições?

1154 O Sr. Presidente:- Não, não. Está aprovado, o plenário está aprovando.

1155 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, está bom.

1156 O Sr. Presidente:- Partimos para a Autodeclaração dos Investimentos.

1157 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Vou fazer uma sugestão, estamos com o café
1158 colocado, vamos dar dez minutos para tomarmos um café.

1159

1160 (Intervalo para Coffee Break).

1161

1162 O Sr. Presidente:- Bom, pessoal vamos dar continuidade à nossa reunião. Temos
1163 um aviso: é padrão, é protocolo de uso desse espaço, não podemos passar das 18 horas.
1164 Então, temos um desafio de cumprir com a nossa meta até às 18 horas.

1165 Então, Jaqueline, dentro desse espírito de podermos cumprir com a pauta dentro
1166 desse tempo, você podia apresentar para nós a Autodeclaração dos Investimentos.

1167 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- A Autodeclaração é relativa ao
1168 investimento que Estado faz com recursos estaduais como contrapartida, como falei no
1169 começo, aqueles duzentos e cinquenta mil reais por ano. Também, da mesma forma,
1170 tudo o que a ANA faz ela coloca alguns itens que você elenca e escolhe onde o Estado
1171 vai aplicar nesses itens.

1172 Então, esse é aquele formulário que vocês não receberam. Ele é curtinho, não é
1173 como o outro, como vocês não receberam acho interessante mostrar a planilha para
1174 vocês verem a cara do documento completo, que é o que está nesta tevê. E aqui eu tenho
1175 os pontos que foi onde a gente investiu, conforme a gente tinha proposto. Então, da
1176 mesma forma do Formulário de Autoavaliação, também é uma planilha que tem quatro

1177 abas, aqui tem uma folha de rosto da mesma forma que tem na de Autoavaliação,
1178 identificando o Estado, os representantes, o contrato, as informações gerais e com as
1179 instruções para o preenchimento das próximas abas. Não tem nenhuma informação
1180 relevante, apenas o dado do Estado.

1181 Na página um, são cinco variáveis que o Estado pode escolher. O Estado optou
1182 por não investir na variável um, que é a organização institucional do sistema de gestão,
1183 porque é uma coisa que a gente já tem estabelecido em todo o nosso sistema.
1184 Entendemos que não é necessário investir nisso. Propusemo-nos a investir na variável
1185 dois, que a é comunicação social e difusão de informações. E aqui embaixo a gente
1186 coloca o investimento que a gente fez. Aqui diz no que poderia ser investido, então é
1187 voltado ao desenvolvimento e manutenção de ferramentas, canais de ações de
1188 comunicação, gestão de recursos hídricos para público interno e externo realizada a
1189 partir de uma base técnica profissional, contemplando dentre outros notícias, boletins,
1190 organização de eventos, criação de rede de comunicação de comitês, página de internet
1191 com informações atualizadas, membros, calendários de reuniões e decisão do Conselho,
1192 Plano Estadual e de Bacia de Recursos Hídricos, programas em andamento, mapas
1193 temáticos de recursos hídricos.

1194 E aqui embaixo a gente colocou quais itens a gente investiu para esse valor de
1195 trinta e seis mil reais no ano passado, que foi o resumo executivo da atualização de
1196 cadastro de usuários de recursos hídricos - dez mil reais; as páginas eletrônicas do
1197 próprio Águas Paraná e também investimento no material de divulgação do XXI
1198 ENCOB - vinte e seis mil; a variável três, planejamento estratégico, o Estado também se
1199 propôs a investir aqui, e aqui é investimento de recursos estaduais na elaboração,
1200 implementação de ações e planejamento estratégico, enfim, definição de metas, índices
1201 de acompanhamento, indicadores, agendas positivas com os envolvidos na gestão.
1202 Então neste item conseguimos executar as reuniões de comitês de bacias, em torno de
1203 seis mil reais; serviço de gravação e degravação das reuniões - dois mil e seiscentos
1204 reais. E foi feita a realização de um seminário descentralizada de informação de
1205 sistemas de capacitação de funcionários em quarenta e três prefeituras na região de
1206 Paranavaí - nove mil e duzentos reais.

1207 A variável cinco, o Estado também se propôs a investir e estão voltados à
1208 questão de monitoramento, cadastro de usuários dos recursos hídricos, outorga
1209 cobrança, legislação, sistema de informações, manutenção de base. Esses tipos de
1210 investimentos. Como eu comentei, a gente está fazendo um novo sistema de

1211 informação, então a gente investiu bastante nisso, em torno de três milhões de reais no
1212 desenvolvimento do SIGAR e na manutenção da rede hidrológica.

1213 A variável seis, a outorga de direitos e recursos hídricos. Também envolvem
1214 estudos, elaboração de ferramentas de suporte à decisão que também está sendo feito
1215 dentro desse mesmo projeto. Ano passado a gente investir em torno de setecentos mil
1216 reais.

1217 Aqui tem um resumo dos valores investidos, o Estado precisava comprovar
1218 duzentos e cinquenta mil e a gente comprovou que investimos quatro milhões e meio de
1219 reais de contrapartida do Estado nesses itens. A gente só não investiu na urbanização de
1220 sistemas de gestão e no Plano Estadual de Recursos Hídricos, investimos nos demais
1221 itens.

1222 Isso seria o que a gente tem a apresentar para aprovação do Conselho, os
1223 investimentos que o Estado fez.

1224 O Sr. Presidente:- Conselheiros?

1225 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Foi o que investiu?

1226 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- É do que investiu ano passado, recurso
1227 pago ano passado.

1228 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Só para a gente
1229 entender, aquele é outro?

1230 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Aquele é outro. Veja, é diferente. Aquele
1231 são os recursos do Progestão. Eu vou voltar nele depois para apreciação. Essa é a
1232 contrapartida do Estado e foi o que a gente investiu em 2018.

1233 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Então, está bom.
1234 Obrigado.

1235 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Na verdade a gente elenca as ações,
1236 delibera com vocês e apresenta para a ANA. Isso garante para o Estado duzentos e
1237 cinquenta mil reais.

1238 O Sr. Presidente:- Os conselheiros que forem favoráveis à aprovação,
1239 permaneçam como estão. (Pausa). APROVADO o Formulário de Autodeclaração de
1240 Investimento. Próximo item da pauta: Aplicação dos recursos financeiros do Progestão
1241 II em 2018.

1242 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Essa eu já tinha apresentado, esse sim é o
1243 recurso do Progestão. Então, também, a gente tem o planejado que vai no Plurianual e

1244 todo ano a gente mostra no que realmente a gente investiu e o Conselho faz a
1245 apreciação.

1246 Como eu já tinha falado, não vou falar item por item. O nosso previsto era esse e
1247 o que efetivamente executamos foi isso. A gente investiu ano passado, do recurso do
1248 Progestão, em torno de um milhão e quinhentos mil reais nesses itens aqui, a questão da
1249 residência, monitoramento hidrológico, ações de capacitação e treinamento, e um
1250 projetinho da reforma do prédio.

1251 O Sr. Presidente:- Bom, como já havia sido apresentado, está repetindo, para
1252 que a gente possa seguir na sequência, alguma dúvida por parte dos conselheiros em
1253 relação à aplicação dos recursos?

1254 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- E aí, o que a gente propôs, não está escrito
1255 na pauta mas está relacionado com este item, é uma nova proposição do Plurianual.
1256 Então, tinha mostrado para vocês que esse é o que a gente aprovou quando assinou o
1257 contrato de gestão com a ANA, 2017, essa era a nossa proposta, e agora a gente está
1258 trazendo essa proposta aqui. Então, na verdade ela está mais detalhada e mais aderente à
1259 gestão, a essas coisas que estamos executando aqui. Também já apresentei essa, acho
1260 que não precisa repetir tudo. E aí a proposta para 2019 até 2022. Lembrando que o
1261 contrato vai até 2021, mas a gente sempre avalia e recebe o recurso do ano que passou.
1262 Então, em 2020 a gente ainda vai estar com recursos desse contrato para gastar.

1263 O Sr. Presidente:- Irani.

1264 O Sr. Conselheiro Irani dos Santos (UFPR):- Eu não vi uma vinculação muito
1265 grande. Nós aprovamos a Autoavaliação, que no fundo são metas, e tem várias metas
1266 que não foram atingidas. E eu não vejo vinculação entre a proposta de aplicação do
1267 recurso com aquelas metas. Não sei se alguém poderia explicar como que aplicando
1268 dessa forma ajuda a cumprir aquelas metas que no fundo tem que atender no final.

1269 O Sr. Presidente:- Só para ajudar um pouco no início da resposta. Dinheiro não
1270 tem cor, mas muito das carências que estão se colocando lá e as dificuldades que nós
1271 tivemos para cumprir com algumas metas, não necessariamente vão ser cumpridas com
1272 recurso do Progestão. Acho que isso é importante, o nosso compromisso é chegar
1273 naquelas pontuações que nos coloque naquele estágio C de gestão.

1274 Então, só para ajudar, Jaqueline, nessa resposta, o que está previsto ali é para uso
1275 de recursos do Progestão, mas é pertinente a sua colocação com relação a esta
1276 vinculação, mas não é uma relação direta.

1277 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Alguns itens até são e é isso que eu vou
1278 mostrar, é bem interessante o seu ponto de vista. Nós vamos cuidar disso para o
1279 próximo, mas a gente não fez essa avaliação de forma tão direta, porém a gente acaba
1280 fazendo porque a gente sabe quais as deficiências do órgão, no que falta, o que a gente
1281 não consegue fazer.

1282 Vou mostrar aqui só as que a gente ficou deficiente. Então, estabelecer e
1283 implantar os comitês. Isso é mais uma articulação política do que uma questão de
1284 recurso. O que a gente gasta de recurso para isso é o tempo do técnico e a diária de ir no
1285 local e fomentar. E aqui no Paraná, o Everton pode me ajudar, o Águas Paraná tem que
1286 fazer um esforço grande para fazer esse fomento e essa criação dos comitês. Em outros
1287 estados, a gente vê São Paulo, por exemplo, o pessoal se mata para estar nos comitês,
1288 porque eles conseguem enxergar a importância que o comitê de bacia tem na região em
1289 que eles moram, na definição das políticas, no desenvolvimento econômico e social.
1290 Então, o nosso sonho de consumo é que aqui no Paraná a gente consiga ter essa visão e
1291 que tenha tanta gente querendo ‘botar’ comitê que a gente não dê conta. Então não
1292 precisa de investimento de recurso financeiro, de forma direta, neste item.

1293 Com relação à capacitação, a gente colocou recurso para o ano que vem e para
1294 os próximos anos, depois eu mostro, a gente colocou cem mil reais para o ano que vem
1295 e cinquenta mil reais em cada ano, 2021 e 2022. Estudos especiais de gestão, a gente
1296 deixou recursos também para projetos, que justamente são coisas que eu comentei antes,
1297 estudos específicos. Para o ano que vem a gente já tem um que já está carimbado, que é
1298 esse de União da Vitória, mas para os outros anos não está fechado. Então, a gente vai
1299 definir o que vai entrar e a gente pode amarrar um pouco mais essa questão aqui.

1300 Toda essa questão do sistema de informações, a gente vai resolver agora com
1301 esse investimento que a gente fez, estamos investindo em torno de oito milhões de reais
1302 no sistema que vai entrar no ar agora em outubro. E essas duas variáveis a gente vai
1303 cumprir, vai passar para a meta.

1304 Essa parte de pesquisa, de desenvolvimento e inovação, realmente a gente
1305 precisa avançar nisso, fazer parceria com as universidades, ter projetos em comum.
1306 Acaba que no dia a dia, todo mundo sabe da nossa deficiência de pessoal. Então, às
1307 vezes, a gente até deixa de investir nessa área pesquisa por não ter perna para fazer.
1308 Então, é algo que a gente realmente tem que pensar em como avançar, não temos ainda
1309 uma solução para esta questão.

1310 A outorga de direitos de recursos hídricos, eu também comentei que é uma ação
1311 que, ao longo dos anos, a gente agora juntando o instituto e integrando os sistemas
1312 vamos conseguir fiscalizar, que a gente não faz, todo mundo sabe, é o nosso calcanhar
1313 de Aquiles. O Águas Paraná não faz fiscalização de forma planejada e é por isso que a
1314 gente tem muito uso ilegal. Então, à medida que a gente passa a fiscalizar, que exija que
1315 para obter o licenciamento o empreendedor faça a outorga, a gente vai conseguir
1316 resolver esse problema, que a gente tem lá, não me lembro bem de cabeça, se é 80 ou
1317 90% dos usuários levantados.

1318 Na questão da fiscalização, não foi colocado um recurso de forma direta, mas
1319 por conta dessa junção do instituto, que a gente está entendendo que a mesma equipe
1320 que hoje faz a fiscalização ambiental vai passar a fazer a fiscalização de recursos
1321 hídricos, vai passar por um treinamento, fazer uma capacitação do pessoal e por
1322 mudança de procedimentos. E aqui realmente esse item eu não sei falar, Eneas, você
1323 consegue me ajudar sobre essa questão de infraestrutura hídrica? O nosso nível aqui é
1324 três.

1325 O Sr. Presidente:- Não entrando muito no detalhe, eu acho que a dúvida do
1326 conselheiro está sanada. No meu entender você fez um detalhamento e reforçar que o
1327 cumprimento das metas é um conjunto de ações que deve ser implementado com
1328 recursos do Progestão em parte e, no nosso caso, por nós termos uma condição melhor
1329 do que muitos outros estados, tem estado que a gestão de recursos hídricos é o
1330 Progestão. No nosso caso não é. Então vamos aplicar recursos para cumprir com
1331 aquelas metas, que acho que era a preocupação do conselheiro. Pois não, Mauri.

1332 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Uma dúvida, nós já
1333 aprovamos o item seis.

1334 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Isso.

1335 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- E agora estamos
1336 vendo o item cinco?

1337 O Sr. Presidente:- Não sei qual é o item, mas estou seguindo essa sequência.

1338 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Da pauta. Nós
1339 aprovamos a apreciação do recurso financeiro de 2018.

1340 O Sr. Presidente:- Isso.

1341 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- E agora estamos
1342 vendo...

1343 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Aquele é o de contrapartida e esse é o
1344 recurso do Progestão. Esse é o item seis.

1345 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Você escreveu do
1346 Progestão e é no Progestão.

1347 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- É do Progestão. É o recurso que a gente
1348 recebe da ANA quando a gente aplica.

1349 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Não, o seis.

1350 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- É do Progestão. (Pausa). É verdade, ali
1351 está escrito 'no' Progestão, mas é 'do' Progestão. É a aplicação dos recursos do
1352 Progestão.

1353 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Tá, e agora é esse, é
1354 isso?

1355 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Isso.

1356 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Tenho duas perguntas
1357 a fazer: 1) No início, pelo o que eu entendi aqui, embora eu tenha participado bem no
1358 início, mas depois deixei de participar, no início, quando foi assinado, foi apresentado
1359 até 2022?

1360 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- 2021, é esse aqui. Esse foi apresentado
1361 quando assinou o contrato. Ah, o primeiro em 2017. Tem razão.

1362 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Tá, em 2017.
1363 Pergunta um. Pergunta dois: Como não recebemos isso, não podemos avaliar com
1364 exatidão para fazer uma conversa detalhada, porque são recursos importantes pelo o que
1365 estamos vendo, é possível aprovar até onde vocês estão propondo, 2019; e 2020, 2021 e
1366 2022, em função daquela agenda que a gente propôs, por exemplo, eu sou agoniado e
1367 agoniado do ponto de vista de ajudar. Everton, por exemplo, chegamos à conclusão que
1368 vamos, durante este ano, investir na atualização do plano ou do relatório, parece que o
1369 relatório do Conjuntura tem recurso, a gente não chegou lá, é possível fazer esse ajuste
1370 ou tem que aprovar tudo hoje? Estou perguntando por que nós não recebemos e é a
1371 primeira vez que eu sentei aqui.

1372 O Sr. Presidente:- Os ajustes podem que ser feitos. O que nós temos é que
1373 cumprir com uma tarefa agora de aprovar essa aí, mas nada que impeça que possamos
1374 fazer uma adequação...

1375 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Um remanejamento.

1376 O Sr. Presidente:- Lógico, isso pode ser feito. Inclusive já tem uma proposta de
1377 modificação.

1378 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Inclusive é importante mencionar que isso
1379 não engessa. Não é como, por exemplo, um orçamento anual do Estado que você
1380 colocou naquela fonte. Não é isso.

1381 O Sr. Presidente:- O relacionamento é muito simples com a ANA, mas são
1382 formalidades que nós temos que cumprir. Mas essa adequação que você pode propor na
1383 sequência, até para o próximo arranjo, para a próxima proposta Plurianual, pode ser
1384 feito ano a ano. Deve, inclusive. Em função até disso que eu estava comentando com o
1385 conselheiro, que de repente nós vamos direcionar recursos para efetivamente aquelas
1386 carentes. De repente pode ser essa política.

1387 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Tá, como
1388 contribuição. Então, o que eu entendi, e está gravado em Ata, que é possível, em função
1389 da agenda que a gente venha discutir, daquela proposta lá, além da que vocês já têm
1390 como responsável da Política Estadual de Recursos Hídricos, é possível fazer
1391 remanejamentos. Vai que se surja lá o plano de segurança hídrica, vai que surja a
1392 atualização do Plano de Recursos Hídricos. Coisas que ocorram e é para evoluir, fazer
1393 alguns remanejamentos. É isso?

1394 O Sr. Presidente:- É isso.

1395 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Ok. Obrigado.

1396 O Sr. Presidente:- Então, os conselheiros que forem favoráveis à aprovação desta
1397 aplicação que foi apresentada, permaneçam como estão. (Pausa). Mais alguma
1398 manifestação? (Pausa). Então, está aprovado este item seis.

1399 Vamos partir para o item sete agora. (Pausa). Então, Jaqueline, nos apresente
1400 essa questão da capacitação.

1401 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- São os últimos dois. É o que foi feito de
1402 capacitação, o que foi planejado e o que foi executado em 2018.

1403 Os itens que estão mais amarelinhos são os parcialmente realizados, os
1404 verdinhos realizados e em vermelho os não realizados. De tudo o que a gente tinha se
1405 proposto a fazer que vai desde eventos, cursos, cursos a distância dos técnicos, eventos
1406 com os comitês, o que a gente realmente não fez foi curso de treinamento presencial
1407 teórico para a questão da disponibilidade hídrica. A gente não conseguiu executar
1408 porque não conseguimos formatar um curso da forma que os nossos técnicos precisam e
1409 vamos atrás disso agora. E esta questão no tema de Plano de Recursos Hídricos de

1410 Enquadramento, que a carga horária eram 8h, a gente fez uma oficina de trabalho mas
1411 com uma carga horária menor. O resto a gente conseguiu realizar conforme havia sido
1412 planejado.

1413 E aqui é a proposta para 2019 que basicamente são os mesmos. Vou me limitar
1414 falar os temas, para não ser muito cansativo. Então: capacitação em planos de recursos
1415 hídricos e enquadramento dos corpos d'água, para o público, conselheiros e membros
1416 de Comitês; segurança de barragem, participação em seminários, conferência, algumas
1417 coisas aqui a gente até executou; a participação social em congressos e seminários para
1418 os membros dos comitês, membros dos comitês e gerentes de bacia do Águas Paraná;
1419 sistema de gerenciamento de recursos hídricos, a equipe do Águas Paraná; e como será
1420 feita a implantação do sistema tem toda uma carga horária de treinamento no uso do
1421 sistema, e aí abrange planos de bacias de indicadores, cobrança pelo uso da água,
1422 monitoramento e outorga com recursos presenciais para os técnicos do instituto.

1423 O Sr. Presidente:- É importante esclarecer que, com a fusão dos três institutos,
1424 esse programa de capacitação está revestido de uma grande importância. Esse programa
1425 de capacitação vai colocar dentro da cultura da gestão ambiental, a gestão dos recursos
1426 hídricos. Então, quando a Jaqueline coloca ali que é para os gerentes de bacia e tudo o
1427 mais, temos que imaginar que isso hoje não está dentro do dia a dia, por exemplo, do
1428 chefe regional do IAP que futuramente será o gestor de bacia, daquelas doze bacias.

1429 Então, esse programa está revestido de uma grande importância. É evidente que
1430 talvez ele seja até ampliado, mas aqui nós estamos cumprindo com uma receita da ANA
1431 de apresentarmos essa nova proposta, mas certamente será turbinado. Provavelmente
1432 quando formos prestar contas, eu espero isso, quando formos prestar conta dessa
1433 capacitação, a gente faça até mais do que está aí por conta do desafio que nós temos de
1434 passar a gestão de recursos hídricos para a cultura do que vai ser em 2020, ainda em
1435 2019, quem sabe, a criação do IAT.

1436 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Uma informação, na Ata
1437 anterior, tinha a sugestão em se criar um grupo de trabalho para discutir a capacitação
1438 2019. Esse grupo de trabalho foi criado?

1439 O Sr. Presidente:- Nós tivemos uma solução de continuidade. O termo é esse
1440 mesmo? Para mim é esquisito esse termo, mas nós tivemos uma interrupção das ações,
1441 até por conta do número de pessoas que estamos trabalhando, até do episódio da licença
1442 da Olga. Então, até que se decidiu a nova Secretaria Executiva, até que isso fosse
1443 tomado pé, o ano de 2018 realmente houve e aqui foi detectado mais de um problema, o

1444 Mauri levantou um problema que havia acontecido por conta dessa solução de
1445 continuidade. Então, não houve a criação. A proposta está feita, podemos até pensar no
1446 âmbito da CTINS, quem sabe. Da CTINS não digo, porque é instrumento de gestão,
1447 mas pensar em um grupo de trabalho que queira contribuir nesta questão de capacitação,
1448 porque realmente é um tema. E essa é uma proposta básica, como eu falei, que a gente
1449 vai apresentar para a ANA como uma proposta, mas que a gente espera relatar a ela ano
1450 que vem muito mais do que está aí previsto. Então, realmente não foi cumprido.

1451 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Eu levantei no início
1452 e ficou registrado que até a próxima reunião, tanto essa como aquela questão do
1453 agrotóxico será encaminhado. Só para reiterar.

1454 O Sr. Presidente:- Bom, então, vamos à votação. Os conselheiros que forem
1455 favoráveis a esta proposta, permaneçam como estão. APROVADO.

1456 Vamos ao item sete: Avaliação e deliberação da minuta de Resolução para
1457 elaboração do Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Paraná.

1458 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Essa é outra iniciativa da ANA. É feito um
1459 programa para desenvolver alguns instrumentos de gestão e cada estado escolheu no que
1460 ia trabalhar e o Paraná escolheu fazer o Conjuntura Estadual, a exemplo da ANA que
1461 faz o Conjuntura Federal, e a Natália é bolsista do IPEA que está desenvolvendo o
1462 trabalho. Então, ela vai apresentar rapidamente para vocês a ideia e depois a gente vai
1463 deliberar sobre a minuta de regulamentação.

1464 O Sr. Presidente:- Antes de passar para a Natália, eu, como entusiasta dessa
1465 ideia, queria passar para vocês a importância de nós todos que trabalhamos com gestão
1466 de recursos hídricos conhecermos o Conjuntura que a ANA faz. É um documento muito
1467 importante para todos termos uma ideia de como as coisas estão acontecendo no Brasil e
1468 diante desse resultado excelente desse instrumento de comunicação para a sociedade,
1469 porque acreditamos, como o Mauri tem falado, nós acreditamos muito na participação
1470 qualificada da sociedade nos ambientes colegiados. E este Conjuntura Paraná é para
1471 justamente cumprir com esse papel que nós mostremos como está anualmente o
1472 processo de gestão no Estado, com números e tudo o mais, para as pessoas perceberem
1473 como a gestão é feita.

1474 Natália, boas-vindas para você, faz pouco tempo que você está conosco,
1475 esperamos ter uma relação bem profícua. A equipe está toda à sua disposição, você sabe
1476 disso, já vi que você está bem integrada lá. Seja bem-vinda.

1477 A Sra. Natália Zanetti (IPEA):- Obrigada, Everton. Boa tarde a todos. Eu já fui
1478 apresentada, mas sou engenheira ambiental, fui contratada pelo IPEA por meio de um
1479 edital que aconteceu nos últimos meses. Então, estou aqui no Paraná, em Curitiba, para
1480 colaborar com a elaboração do Conjuntura Estadual.

1481 Não sei se todos têm conhecimento, mas o Relatório de Conjuntura de Recursos
1482 Hídricos é federal, é publicado desde 2009 pela Agência Nacional de Águas. E o que é
1483 este Relatório Conjuntura? É um documento referência para o acompanhamento
1484 sistemático da situação dos recursos hídricos, como o próprio nome Conjuntura já diz, e
1485 acontece por meio de um conjunto de indicadores, como disponibilidade hídrica e
1486 estatística sobre a água e sua gestão.

1487 Então a ideia é que esse relatório seja uma fonte estruturada de dados e
1488 informações disponibilizada a toda a sociedade. Então, para começar a própria
1489 linguagem do Relatório Conjuntura é muito simples para que as informações que estão
1490 ali sejam acessíveis a todos os públicos: sociedade civil, aos técnicos da área.

1491 Eu trouxe aqui, este é o Relatório Conjuntura Nacional de 2017, e ele é
1492 publicado desde 2009, como eu disse, da seguinte maneira: em um ano a elaboração de
1493 um relatório pleno, bastante detalhado sobre a gestão de recursos hídricos em nível
1494 nacional e nos três anos seguintes são apresentados informes, que são complementos
1495 desse relatório geral. Depois desses três anos, um novo relatório pleno, e assim por
1496 diante, como está proposto na resolução será votada hoje.

1497 O último publicado foi o de 2018, que é um informe, então 18,19 e 20, serão
1498 informes em 2021. A ANA publicará um novo relatório pleno do Conjuntura Nacional.

1499 Então, quais os objetivos de um Relatório Conjuntura? Reunir, dar consistência e
1500 divulgar os dados e informações sobre a situação dos recursos hídricos, inclusive como
1501 uma prestação de contas à sociedade; Atualizar permanentemente as informações sobre
1502 disponibilidade e demanda; Fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de
1503 Recursos Hídricos, inclusive segue uma demanda apontada aqui hoje; Permitir acesso
1504 aos dados e informações garantido a toda a sociedade.

1505 Como foi feita esta regulamentação em nível nacional? Como um dos propósitos
1506 do Conjuntura é permitir que essas informações sejam passadas à população de maneira
1507 permanente, uma resolução do Conselho Estadual, no caso do Paraná, vai garantir que
1508 isso tenha continuidade mesmo que as gestões de governo mudem. Então, o Conselho
1509 Nacional de Recursos Hídricos elaborou, no ano de 2006, a Resolução 58 estabelecendo
1510 o Conjuntura em nível nacional. É exatamente o que nós pretendemos fazer aqui hoje. E

1511 depois, em 2016, houve a Resolução 180 que estabeleceu o conteúdo desse relatório,
1512 que será o que vamos seguir neste primeiro.

1513 O Relatório Conjuntura deve ser construído de forma permanente, então de
1514 acordo com a realidade das regiões e mesmo considerando todo o contexto, que pode
1515 ser mudado. Mas, de forma geral, o que vamos considerar para este primeiro relatório
1516 são esses seis capítulos: 1) Cap.1 - O Ciclo da Água e o Conjuntura. Falar sobre o ciclo
1517 da água e o Conjuntura gerais no Estado; 2) Cap. 2 - Quantidade e Qualidade da Água,
1518 dados de monitoramento e águas subterrâneas; 3) Cap. 3 - Usos da Água. Falar sobre
1519 usos preponderantes, irrigação pecuária, etc.; 4) Cap. 4 - Gestão da Água. Então, a gente
1520 já dá uma atenção para os instrumentos de gestão, cobrança, enquadramento, outorga; 5)
1521 Cap. 5 - Eventos Críticos. Falar sobre os eventos críticos, cheias, estiagem, mudanças
1522 climáticas, que é um assunto muito atual; 6) Cap. 6 - Lições e Desafios. Que também
1523 cumpre outra demanda falada aqui sobre estudos que vêm sendo feitos relacionados à
1524 gestão de recursos hídricos, tentar integrar isso um pouco com a gestão em nível
1525 estadual.

1526 Então, é mais ou menos isso, de uma forma breve. Aqui tem os meus contatos,
1527 caso alguém queira tirar alguma dúvida específica. Mas, de forma geral, é isso.

1528 O Sr. Presidente:- Obrigado, Natália. Fazer um agradecimento à Jaqueline pela
1529 disposição. Agora vamos fazer a apresentação da resolução propriamente dita. Pois não,
1530 Lorenzon.

1531 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Na 31ª reunião foi
1532 sugerido que a cada seis meses fosse feito um relatório resumido gerencial com as metas
1533 do Progestão, com a execução das metas do Progestão, para não sermos pegos no final
1534 do exercício com... O próprio Everton falou na época, no Águas Paraná, que não tinha
1535 sido feito porque não tinha sido executado, para mim ficou aberto se vai ser aceita esta
1536 proposição ou não.

1537 O Sr. Presidente:- Vamos constar em Ata e que possamos cumprir com isso
1538 também.

1539 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, é a minuta de resolução para
1540 estabelecer a elaboração e divulgação periódica do Relatório Conjuntura de Recursos
1541 Hídricos do Paraná.

1542 “CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH, no uso das
1543 competências que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de
1544 1999, e pelo disposto no Decreto nº 9.129, de 27 de dezembro de 2010, e

1545 Considerando a competência do CERH, estabelecida pelo Inciso V, do Artigo 1º,
1546 do Decreto Estadual nº 9.129/2010, de acompanhar a execução e aprovar o Plano
1547 Estadual de Recursos Hídricos bem como determinar as providências necessárias ao
1548 cumprimento de suas metas,

1549 RESOLVE:

1550 Art. 1º. O Instituto das Águas do Paraná deverá elaborar periodicamente, bem
1551 como dar publicidade, ao relatório denominado “Conjuntura dos Recursos Hídricos no
1552 Paraná”;

1553 Art. 2º. O conteúdo do Conjuntura dos Recursos Hídricos no Paraná seguirá as
1554 diretrizes correspondentes às resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
1555 relacionadas ao Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil, podendo ser
1556 complementado;

1557 Art. 3º. A periodicidade do Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no
1558 Paraná será de 4 (quatro) anos. No intervalo entre as edições dos Relatórios, o Instituto
1559 das Águas do Paraná deverá elaborar anualmente, relatório denominado “Informe
1560 Conjuntura dos Recursos Hídricos no Paraná”, sendo o primeiro deles denominado
1561 “Relatório Pleno” e os três relatórios seguintes denominados “Informes”;

1562 Parágrafo Único: Os Informes têm como objetivo atualizar a informações do
1563 Relatório de Conjuntura no intervalo entre suas edições, identificando as principais
1564 alterações ocorridas no ano precedente, e devem embasar as atualizações do Relatório
1565 subsequente.

1566 Art. 4º. A elaboração dos relatórios e informes deverá contar com a participação
1567 e validação de um Comitê Interno de Acompanhamento, a ser nomeado internamente
1568 pelo Diretor-Presidente do Instituto das Águas do Paraná;

1569 Art. 5º. Caberá ao CERH se manifestar, em relação ao Relatório de Conjuntura
1570 em até 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

1571 Art. 6º. O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Paraná será um
1572 documento de referência para o acompanhamento sistemático e periódico da situação
1573 dos recursos hídricos e sua gestão, bem como para avaliação do grau de implementação
1574 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH);

1575 Art.7º. O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Paraná será o
1576 documento oficial a ser utilizado quando da prestação de contas do Instituto das Águas
1577 do Paraná à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

1578 Art. 8º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

1579 O Sr. Presidente:- Sugestões no texto.

1580 O Sr. Conselheiro Eneas Souza Machado (ABRH):- Ao invés de ser PERH e
1581 PLERH. Só isso.

1582 O Sr. Presidente:- Podemos corrigir o PLERH que corretamente o Eneas coloca
1583 no instrumento. Alguma consideração mais?

1584 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- No Art. 7º está se
1585 falando que vai ser usado na prestação de contas do Instituto junto à Assembleia. Então,
1586 como é de quatro em quatro anos a legislatura e um plano, quando vai começar a
1587 elaboração deste plano para que coincida com o final de Governo e possibilite a
1588 prestação de contas, porque se cair no meio fica estranho.

1589 O Sr. Presidente:- Esta prestação de contas é anual para a Assembleia
1590 Legislativa.

1591 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Então, você não pode
1592 usar o Conjuntura, tem que usar os informes, porque aqui são quatro anos.

1593 O Sr. Presidente:- Relatórios e informes.

1594 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Tem que cuidar da
1595 redação, tem que atualizar o plano para prestar contas, senão não presta.

1596 O Sr. Presidente:- Pessoal, vamos ler de novo o Art. 7º.

1597 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Art.7º. O Relatório de Conjuntura dos
1598 Recursos Hídricos do Paraná será o documento oficial a ser utilizado quando da
1599 prestação de contas do Instituto das Águas do Paraná à Assembleia Legislativa do
1600 Estado do Paraná.

1601 O Sr. Presidente:- Então a proposta é que seja não só o relatório mas também os
1602 informes.

1603 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Mas é específico do
1604 plano, o Conjuntura é a implantação do plano.

1605 O Sr. Presidente:- Não é da implantação do plano. É como se fosse um relatório,
1606 é aquela estruturação que a Natália apresentou para nós. Inclusive, se for o caso, a
1607 implementação do plano também está ali dentro.

1608 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Porque se você pegar a
1609 resolução do Federal que estabeleceu o Conjuntura é dentro da Câmara de elaboração
1610 do plano e tem um acompanhamento da implementação do plano de recursos hídricos.
1611 Estamos remetendo aqui que vamos cumprir a resolução federal.

1612 A Sra. Conselheira Andreia Aparecida Oliveira (Comitê do Tibagi):- Queria uma
1613 esclarecimento sobre o Art. 5º: “Caberá ao CERH se manifestar, em relação ao
1614 Relatório de Conjuntura em até 180 dias após sua publicação.” Se tiver alguma
1615 alteração no Conselho será feito nos informes?

1616 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- A gente estava justamente falando disso,
1617 porque a Brandina da ANA, Everton, tinha sugerido que fizéssemos uma alteração neste
1618 Art. 5º e não foi feito, e esclarece a sua dúvida. Será para os próximos. Então, o que está
1619 publicado, está publicado. Será montado um Comitê que avaliará isso, então se passar
1620 pelo comitê e se aprovado é publicado, aí o Conselho poderá fazer sugestões para serem
1621 incorporadas no próximo. A nossa sugestão é alterar ali.

1622 A Sra. Conselheira Andreia Aparecida Oliveira (Comitê do Tibagi):- O
1623 Conselho vai se manifestar depois da publicação?

1624 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Sim, depois da publicação. Ele não vai
1625 passar pela aprovação do Conselho. Será aprovado por um comitê, que será estabelecido
1626 para isso, conforme está colocado no Art 4º. A elaboração dos relatórios e informes
1627 deverá contar com a participação e validação de um Comitê Interno de
1628 Acompanhamento, a ser nomeado internamente pelo Diretor-Presidente do Instituto das
1629 Águas do Paraná.

1630 Então, as pessoas serão designadas formalmente para elaborar e aprovar, e aí
1631 será publicado e será dado este prazo para o Conselho se manifestar. Todas as alterações
1632 que o Conselho solicitar, entram no próximo, senão não vamos conseguir fazer em um
1633 tempo hábil.

1634 O Sr. Presidente:- Nessa sincronia será difícil. Do jeito que está colocado ali tem
1635 que alterar, está estranho mesmo.

1636 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- É, vamos ver uma redação melhor.

1637 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Primeiro parabenizar,
1638 acho isso um sonho. Quando estava na SEMA a gente já tinha falado no âmbito do
1639 Progestão e agora se concretizou. Isso é muito importante. Quem quiser entender de
1640 recursos hídricos do básico até o elevado, é ler o Relatório Conjuntura. Eu sou
1641 professor, inclusive na Fundação Getúlio Vargas, e é muito difícil dar aula, porque
1642 quase tudo está no Relatório de Conjuntura. Hoje é *online*, é em PDF e vocês podem
1643 verificar. É um documento mais completo, pode haver críticas de universidades, mas a
1644 síntese está ali.

1645 Bom, para tentar resolver essas dúvidas e outras, acho que colocar mais um
1646 considerando para dar mais força ao relatório. Sugestão: “Considerando, ainda, a
1647 necessidade de fortalecer a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema
1648 Gerencial de Recursos Hídricos, disponibilizando informações atualizadas e tendências
1649 sobre o uso e conservação dos recursos hídricos no Paraná, difundido informações na
1650 sociedade paranaense”.

1651 É só um considerando para dar um *upgrade*, porque está muito curto, tudo é
1652 conforme a lei, a pessoa não conhece. Uma pergunta, quem vai elaborar será a equipe
1653 própria ou é consultoria?

1654 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Equipe própria.

1655 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Ótimo. Então, talvez
1656 o primeiro que coloquei “periodicamente pela equipe própria da instituição e parceira do
1657 sistema estadual”. Então, riscaria isso aqui. Eu estava preocupado que fosse consultoria,
1658 como são os planos, porque é um documento tão importante e a ANA e a própria
1659 equipe, é importante que seja renovado.

1660 Tem o requerimento três que diz: A elaboração dos relatórios e informes deverá
1661 contar com a participação e validação da Câmara Técnica de Relatório de Conjuntura do
1662 Conselho Estadual de Recursos Hídricos a ser instituída, com finalidade própria e pelo
1663 Comitê, se for o caso.

1664 Como o Everton falou, se a sala de situação começou para estar no instituto e
1665 está hoje, se apropriou o Estado, é um negócio estadual e todos estão envolvidos, este
1666 relatório é a grande oportunidade até de ter um sistema para que as pessoas participem.
1667 Eu vejo assim. Eu estudo, mas se tivermos uma Câmara de seis membros,
1668 acompanhando, envolvendo, assessorando, específica sobre o tema. No Conselho
1669 Nacional está ligada, porque lá já são dez Câmaras, ao do Plano Nacional. Por quê?
1670 Porque quando foi aprovado o plano foi criado o relatório em 2006, então eles
1671 vincularam, aqui seria específico.

1672 Daí, mais uma sugestão. A última, número nove: O Relatório de Conjuntura será
1673 encaminhado à Assembleia Legislativa e não ao TCU. Porque se quer divulgar, não é
1674 para aprovar, é para divulgar e discutir os seus resultados no âmbito da Comissão de
1675 Ecologia e Meio Ambiente, proteção de meio ambiente e proteção dos animais. São
1676 contribuições.

1677 Ah, desculpe, pulei o Art. 6º - Caberá ao Conselho Estadual de Recursos
1678 Hídricos, após a manifestação técnica da Câmara de Gestão de Recursos Hídricos, a

1679 Câmara de Conjuntura de Recursos Hídricos, apreciar, não estamos dizendo aprovar,
1680 apreciar e encaminhar seus comentários para a edição final e publicação do relatório.
1681 Quer dizer, previamente vem, se tiver sugestão, não é aprovar.

1682 Eu vejo assim esse relatório, talvez o Nacional é muito importante e o Conselho
1683 é muito grande, são cinquenta e tantos membros, lá é difícil. Agora, o nosso caso como
1684 está surgindo agora, se a gente tivesse uma Câmara e pudesse ser avaliado, para
1685 transformar numa documento consistente, não mais em um relatório.

1686 Essa é minha contribuição.

1687 O Sr. Presidente:- Mauri, nós derivamos de uma situação que era bem pontual
1688 para várias sugestões que caberia uma avaliação com mais tempo, mas sou sincero em
1689 falar, acho que estamos criando muita chicana para chegar na aprovação do Relatório de
1690 Conjuntura.

1691 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- O que é chicana?

1692 O Sr. Presidente:- Muitas instâncias.

1693 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Foi só uma.

1694 O Sr. Presidente:- Na minha opinião. Eu acho que a resolução é importante para
1695 dar continuidade, para ser uma coisa que realmente se perpetue e tudo o mais, a
1696 estruturação do relatório está obedecendo ao modelo da ANA...

1697 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Sim. Inclusive a equipe da ANA está
1698 participando ativamente, porque eles têm um apego com esse novo Conjuntura.

1699 O Sr. Presidente:- Até é super estranho, aquilo que a Andreia levanta, de aprovar
1700 cento e oitenta dias depois de estar publicado.

1701 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Manifestar, não é
1702 aprovar.

1703 O Sr. Presidente:- Eu tiraria o Art. 4º, não vejo fundamento, porque não me
1704 parece lógico fazermos um documento que será construído com o acompanhamento da
1705 ANA, inclusive com o IPEA e com uma consultora que vai trabalhar conosco e com a
1706 equipe técnica para produzir esse relatório, não me parece que tenhamos que criar uma
1707 Câmara Técnica específica para isso, vai ficar muito...

1708 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Everton, queria falar com relação a isso.
1709 Teve uma manifestação da Brandina com relação a este artigo pedindo para alterar o
1710 texto, pedindo que fosse mantido... Enfim, aí cabe ao Conselho. Posso ler como ela
1711 pediu? Acho que temos que colocar tudo ali e ler de novo, porque agora misturou tudo.

1712 Talvez pegar as sugestões do Mauri, ver o que entra e o que não entra, e jogar tudo no
1713 mesmo arquivo para deliberar.

1714 O Sr. Presidente:- Antes de você ler a proposta da Brandina que entra na mesma
1715 linha do que vamos avaliar da contribuição do Mauri, vou conceder a palavra ao Beno.

1716 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- Só uma
1717 pergunta, foi comentado que no Art. 1º que quem elabora é uma equipe técnica do
1718 Instituto das Águas, e quem aprova é a mesma equipe? Fica mesma instância, dentro da
1719 mesma instituição e talvez com as mesmas pessoas.

1720 O Sr. Presidente:- Tem um comitê que vai ser criado, que chegamos a chamar
1721 em algum momento de Comitê Editorial.

1722 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- É um comitê
1723 interno de acompanhamento. Então o Instituto das Águas faz, acompanha e aprova.

1724 O Sr. Presidente:- Na verdade, Benno, este relatório é o relatório do Instituto das
1725 Águas. Você entende isso? Ele é do Instituto das Águas.

1726 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- Mas será que
1727 precisa?

1728 O Sr. Presidente:- É uma forma de comunicar as coisas que estão tecnicamente
1729 dentro do Instituto das Águas, como estão dentro da ANA, o Conjuntura. Quando a
1730 Jaqueline fala das variáveis federativas, que nós temos que cumprir, é porque nós
1731 alimentamos o sistema da ANA, que vai fazer o Conjuntura Nacional com os dados de
1732 águas subterrâneas do Estado do Paraná, as outorgas de água superficial, quando de
1733 indústria está outorgado. Entendeu? Esse relatório nada mais é que o relatório do
1734 Instituto das Águas. Isso tem que ficar claro. Agora, avaliação do conteúdo, se vai ficar
1735 bom...

1736 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- Eu concordo
1737 com você, Everton. E aí eu pergunto se é necessário esse comitê interno. Não sei se fica
1738 uma salvaguarda de avaliação, mas eu diria que não precisaria dessa revalidação de
1739 acompanhamento.

1740 O Sr. Presidente:- Pode ser. Pedro.

1741 O Sr. Conselheiro Pedro Franco (Águas Paraná):- Eu estava comentando e
1742 confirmei aqui, o documento nacional do Conjuntura Nacional não tem a aprovação, e
1743 nem cabe a aprovação do Conselho. É um documento técnico, é o Conjuntura, é fato.
1744 Ele tem somente que fazer análise, comentar. A gente não pode aprovar. Não tem
1745 cabimento. Então, acho que teria que ter um artigo claro neste sentido que o Conselho

1746 se manifesta no sentido de análise, de encaminhamento, de utilizar este documento para
1747 algum encaminhamento ou para propor melhorias.

1748 Então, deixar como sugestão o artigo claro neste contexto, que não tem que ter
1749 aprovação de instância, senão realmente não tem cabimento, nem cabe ao Conselho este
1750 contexto.

1751 O Sr. Presidente:- Vamos ouvir a contribuição da Brandina.

1752 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Everton, antes disso posso esclarecer?
1753 (Assentimento). Esta resolução se baseou na resolução da ANA e por que tem esta
1754 questão do comitê? Acho até interessante comentar aqui desse comitê interno que
1755 aprova. Nada na ANA é publicado sem passar por um comitê de aprovação, porque é a
1756 inspeção publicando aquela informação, dando visibilidade para a sociedade. Então, ele
1757 tem um comitê que aprova toda e qualquer publicação que a ANA faça. Nada na ANA é
1758 publicada sem isso.

1759 Então, a sugestão dada foi a gente manter isso e depois a gente criar este comitê
1760 dentro do novo instituto, para a gente ter padronização, revisão das informações, formas
1761 de apresentação, enfim, a ideia é essa. Por isso tem um comitê interno para aprovar. De
1762 repente, sei lá, estou brava com o Everton e distorço a informação de segurança de
1763 barragem. É neste sentido, então. A ANA tem isso. Aí vê se quer deixar ou não.

1764 Em relação à sugestão da Brandina, da Agência Nacional que atende o Paraná
1765 nessas questões, para o Art. 6º: “Caberá ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos se
1766 manifestar, por meio de parecer, quanto ao relatório Pleno de Conjuntura de Recursos
1767 Hídricos do Paraná em até cento e oitenta dias após a publicação, afim de subsidiar a
1768 elaboração do relatório subsequente.”

1769 Então, vejam, é um parecer. É estabelecido um prazo para a gente ter tempo de
1770 incorporar e se torna um relatório pleno. Aquilo que a Natália mostrou, o relatório pleno
1771 é de quatro em quatro anos, nos outros anos são os informes. Então, a proposta é essa.

1772 O Sr. Presidente:- Eu acho a proposta boa, só não colocaria em forma de parecer.
1773 Acho que o Conselho pode se manifestar, porque parecer dá a ideia de aprovação ou
1774 não. Parecer, na minha ideia, é isso. Parecer favorável ou contrário. Então, colocaria que
1775 o Conselho poderia se manifestar e essa manifestação poderia ser feita, por exemplo,
1776 pela Câmara Técnica de Instrumento de Gestão, por exemplo, pela CTINS. E a partir
1777 disso, essa manifestação ser utilizada para eventuais, não digo nem correções, porque a
1778 gente não espera ter erros, mas contribuições no sentido da forma, às vezes, do formato,
1779 enfim.

1780 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, Everton, vai ficar: “Caberá ao
1781 Conselho se manifestar, através da CTINS...” (Conselheiro se manifesta fora do
1782 microfone).

1783 O Sr. Presidente:- E é uma experiência que a gente já tem tido. Câmaras
1784 Técnicas normalmente são compostas praticamente pelas mesmas instituições e pessoas
1785 também.

1786 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Mas aí o Conselho
1787 aprova.

1788 O Sr. Presidente:- Não aprova. O Conselho recepciona e faz uma manifestação,
1789 dizendo, eu imagino assim: “Puxa, achamos que os infográficos devem ser melhorados.
1790 A informação da agricultura deveria ser mais detalhada.” Coisas desse tipo, mas não
1791 deixar em forma de parecer. Por isso que acho manifestação é a melhor forma, porque
1792 não implica em favorável ou não. São manifestações que devem ser consideradas pelo
1793 órgão gestor para o próximo Conjuntura.

1794 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, você quer voltar no começo e ir
1795 comparando com o que estava e com o que o Mauri propôs, e ver a redação final?

1796 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Sr. Presidente, a CTINS
1797 se manifesta diretamente ou se manifesta ao Presidente do Conselho?

1798 O Sr. Presidente:- Se manifesta ao Presidente do Conselho, porque a CTINS é
1799 um órgão de apoio ao plenário. Manifesta-se ao Presidente do Conselho que...

1800 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Mas quem aprova os
1801 atos dela é o plenário.

1802 O Sr. Presidente:- Sim, e aí o plenário pode aprovar essa manifestação e manda
1803 para o Águas ou para o IAT no futuro.

1804 O Mauri fez considerandos e aí tem algumas sugestões dele que ficam, de certa
1805 forma, prejudicadas se entendermos que não há necessidade, por exemplo, da criação da
1806 Câmara Técnica do Conjuntura. Então, poderíamos ver essas contribuições novamente,
1807 fazer esse considerando dele que eu acho pertinente com relação à comunicação.

1808 Eu não consigo ler. Você consegue ler para nós, Jaque?

1809 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Consigo. Vou ler o considerando, como
1810 era e como ficou.

1811 O Sr. Presidente:- Tem um considerando que eu acho que vai ficar, pelo o que
1812 entendi.

1813 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Ah, tá. É mais um considerando.
1814 Permanece o primeiro exatamente como está e inclui mais um.

1815 O Sr. Presidente:- É. Dá uma lida neste segundo.

1816 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- A sugestão do Mauri de incluir:
1817 “Considerando, ainda, a necessidade de fortalecer a Política Estadual de Recursos
1818 Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos,
1819 disponibilizando informação atualizada e tendência sobre os usos e conservação dos
1820 recursos hídricos do Estado do Paraná, difundindo-as à sociedade paranaense.”

1821 O Sr. Presidente:- Perfeito. Para mim é copiar e colar.

1822 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- E as alterações propostas no Art. 1º...

1823 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Essa descarta.

1824 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Ok. O Art. 2º foi resolvido no Art. 5º. No
1825 Art. 4º não tem Câmara. O Art. 6º a gente já resolveu. O Art. 9º seria um novo?

1826 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- É para valorizar um
1827 pouco, mesmo que seja apresentado ao TCU, a prestação de contas do Águas Paraná à
1828 Assembleia, fazer com que esse documento seja discutido lá no mínimo, valorizar na
1829 Assembleia, na Comissão para que os deputados conheçam. Tudo que tentei colocar foi
1830 para ver se isso não fique em mais um relatório.

1831 O Everton falou que é um relatório de instituto. Então, tá, achei que era um
1832 relatório do instituto pelo sistema, construído pelo sistema. Então, tá bom, tentei ver se
1833 a gente evoluía um pouco, não estou dizendo que não evoluímos, evoluía um pouco
1834 mais.

1835 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- A gente não poderia juntar o 7º com o 9º e
1836 colocar ali...

1837 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Eu entendi que era
1838 prestação de contas ao Tribunal, eu li meio rápido.

1839 O Sr. Presidente:- Não, é para a Assembleia. Faz parte do Conjuntura e do
1840 Progestão...

1841 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Eu estava querendo
1842 uma coisa mais proativa.

1843 O Sr. Presidente:- Mas acho que nosso desafio é não deixar que isso seja uma
1844 coisa burocrática. O relatório feito pela Assembleia no final do ano passado, foi um
1845 sucesso. Na minha opinião foi um sucesso! Porque tinham muitas pessoas na Comissão
1846 de Meio Ambiente, foi apresentada à Comissão de Meio Ambiente e isso será feito lá.

1847 Quer dizer, difundir e essa é a ideia, a ANA quer que a gente faça a apresentação do
1848 Conjuntura lá na Assembleia, quer que apresente o Progestão na Assembleia justamente
1849 para haver este envolvimento. Então, é um desafio nosso, Mauri, fazer com que
1850 politicamente repercuta lá internamente.

1851 Estou entendendo que o Mauri está satisfeito, acrescentamos o considerando.
1852 Podemos colocar em apreciação?

1853 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Everton, faltou a questão do Comitê
1854 Interno, se fica ou não. Se o Benno se sente à vontade em aprovar desta forma.

1855 O Sr. Conselheiro Benno Henrique Weigert Doetzer (Emater):- De repente ter
1856 um comitê, como você mesmo falou, se aqui no Conselho as pessoas são as mesmas,
1857 muito provavelmente boa parte do Comitê que vai analisar e acompanhar é a mesma que
1858 acompanhou. Então não sei se há necessidade. Agora, se pegar o paralelo da ANA e se
1859 você estiver dentro do Instituto do Águas ou da nova instituição um conselho que vai
1860 aprovar, não só do Águas Paraná mas de todas as publicações técnicas emanadas pelo
1861 órgão, que daí sim faz parâmetro até com a questão de formatação, etc., acho válido.
1862 Mas, de repente, não com esse nome de Comitê de Acompanhamento, de repente um
1863 Comitê de Publicação, de Análise de Publicações, um trabalho técnico-científico,
1864 alguma coisa assim. Mas, de repente, criar só um comitê para acompanhar um plano que
1865 ele mesmo vai elaborar, não sei se vale a pena. É uma instância a mais.

1866 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Everton, queria só
1867 ajudar aqui. Talvez, se for essa a preocupação, porque na ANA tem um comitê muito
1868 engessado, de editoração para tudo. Então, tem que passar todo um trâmite. Se for com
1869 essa preocupação, acho que poderia criar um Comitê de Editoração das Publicações no
1870 âmbito do instituto e não ficar exclusivo aqui no...

1871 O Sr. Presidente:- Muito bom, pode ser um embrião, porque primeiro
1872 precisamos publicar mais e aí deixar pronto esse Conselho Editorial, poderia ser.

1873 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, mudamos o nome aqui para Comitê
1874 Editorial.

1875 O Sr. Presidente:- Do Comitê Editorial do órgão gestor.

1876 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Não é exclusivo. A
1877 ideia é achar uma redação para não ser exclusivo no Conjuntura. “Passará a ter o Comitê
1878 de Editoração...”

1879 O Sr. Presidente:- Comitê Científico Editorial, alguma coisa neste sentido? Vai
1880 tratar de informações científicas, de certa forma.

1881 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu acho que o Águas Paraná, diferente
1882 de uma publicação, vai ter muito dado que vai para a internet, acesso público, etc., que
1883 pode passar por uma revisão para ver se está dentro do padrão que a instituição quer.

1884 O Sr. Presidente:- Vamos manter simples assim: Comitê Técnico Editorial do
1885 órgão gestor de recursos hídricos. Está bom? Sugestão da Dani Prim aqui, apropriei-me
1886 da sugestão dela por estar com a prerrogativa da palavra.

1887 O Sr. Secretário Executivo:- Desculpe, Presidente, para uma intervenção. Na
1888 hora que cada conselheiro falar, citar nome e instituição, porque vai constar na Ata e vai
1889 sair “Nome não identificado” e fica meio complicado de a gente conseguir dar conta de
1890 tudo. Obrigado.

1891 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Então, a redação ficou: “A elaboração dos
1892 relatórios e informes deverá contar com a participação e validação de um Comitê
1893 Técnica Editorial do órgão gestor de recursos hídricos.”

1894 O Sr. Conselheiro Antônio Sérgio Bione Pinheiro (PGE):- O Art. 5º, se a
1895 intenção for que a manifestação do Conselho seja facultativa tem que mudar o verbo de
1896 ‘cabará’ para ‘poderá’, senão vai parecer que é obrigatório essa manifestação.

1897 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Não seria bom que fosse obrigatório?

1898 O Sr. Presidente:- Eu acho que a intenção é essa mesma, de forçar...

1899 O Sr. Conselheiro Antônio Sérgio Bione Pinheiro (PGE):- Porque pelas palavras
1900 do Everton deu a entender, me deu essa impressão, perdoe-me se eu estiver errado, que
1901 era a manifestação facultativa caso tivesse algum apontamento a ser feito em relação ao
1902 relatório. Então, se é facultativa acho que fica melhor ‘poderá’ do que ‘cabará’ porque
1903 dá a entender que é uma obrigação e que deve ser cumprida.

1904 O Sr. Presidente:- Verdade, e isso a gente sabe que até diante do ineditismo
1905 dessa publicação, certamente o Conselho vai querer se manifestar. Então ‘poderá’ acho
1906 que cabe mesmo e não vai impedir que seja feita a manifestação.

1907 A Sra. Jaqueline Dorneles de Souza:- Só fazendo o papel de advogado da ANA.
1908 A ANA tem cobrado que eu Conselho seja mais participativo nessas questões da gestão
1909 de recursos hídricos e me parece que é uma oportunidade, que seja o ‘cabará’.

1910 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Inverte ali, o Conselho
1911 ‘poderá’.

1912 O Sr. Presidente:- Então, pessoal, pelo o que estou entendendo foi uma
1913 construção coletiva da resolução, então entendo que estamos com ela APROVADA,
1914 certo? (Assentimento).

1915 Vamos dar sequência à nossa pauta. Vamos tratar da composição da Câmara
1916 Técnica de Instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos - CTINS, dos
1917 instrumentos de gestão. Eu sempre gosto de fazer essa manifestação com relação às
1918 câmaras técnicas. Câmara Técnica é trabalho, é o lugar em que se fazem as discussões
1919 encomendadas pelo plenário do Comitê, mas é sempre importante dizer que as reuniões
1920 de câmara técnica, como as reuniões do Conselho também, são reuniões abertas. Então,
1921 a sociedade civil, por exemplo, que o Mauri tão bem está representando, nós
1922 poderíamos estar com alguns integrantes da sociedade civil que podia estar contribuindo
1923 aqui até com voz, se fosse o caso. Então, nas câmaras técnicas também. Então, sempre
1924 tendo em mente que essa estruturação mínima da câmara técnica que qualquer
1925 instituição e qualquer membro pode participar das reuniões que futuramente
1926 acontecerem nas câmaras técnicas.

1927 Por favor, João, agora você dá o andamento.

1928 O Sr. Secretário Executivo:- Só para esclarecer que essa câmara técnica foi
1929 instituída em 2015, está ali a resolução que a instituiu, e está com a sua validade ainda
1930 em vigência, claro, e está composta por essas instituições aqui. Então, define que é
1931 composta por um coordenador, que é definido pelo Sr. Presidente do Conselho, no caso
1932 o Águas Paraná, três representantes da Assembleia Legislativa e das instituições do
1933 Poder Executivo do Conselho. Já foram nomeadas a SETI, SEED e COMEC. A SETI,
1934 nessa reestruturação do Estado, deixou de desistir, então vamos ter que resolver essa
1935 questão aí.

1936 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- É uma coordenadoria da
1937 governadoria.

1938 O Sr. Secretário Executivo:- Pois é, aí a gente vê como fica essa representação.
1939 Temos, então, três representações. Daí a gente questiona essa questão da continuidade
1940 do Comitê de Bacia do Rio Tibagi, enfim, se todos que estão ali nomeados, nominados,
1941 querem continuar a participação ou se alguém tem algum problema com relação à sua
1942 instituição para fazermos essas modificações. Caso não, a Câmara Técnica dos
1943 Instrumentos de Política Estadual de Recursos hídricos já está composta.

1944 Deixo a palavra para vocês e a proposição que tem é ao invés de SETI seria
1945 Coordenadoria?

1946 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- A SETI hoje é uma
1947 coordenadoria da governadoria, todas as questões da SETI estão dentro dessa
1948 coordenadoria.

1949 O Sr. Secretário Executivo:- Então, Sr. Presidente, retorno a palavra. Pelo o que
1950 entendi está tudo ok., tudo composto, continua com as mesmas instituições.

1951 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Eu não consegui
1952 entender, obrigatoriamente são essas instituições?

1953 O Sr. Secretário Executivo:- Essa resolução está em vigência, sim.

1954 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Hoje, agora, pode
1955 alterar? Não estou conseguindo entender.

1956 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Ela já foi instituída, está
1957 em vigência. É uma resolução do Conselho.

1958 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Está com os membros
1959 vencidos.

1960 O Sr. Secretário Executivo:- Está com as instituições nomeadas. Os membros,
1961 aqueles representantes das instituições que a gente solicita a indicação por meio de
1962 ofício, como foi o caso de vocês.

1963 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- O regimento diz isso?

1964 O Sr. Secretário Executivo:- O regimento diz que as Câmaras Técnicas são
1965 compostas, posso até ler para vocês aqui, são compostas com prazo de vigência, no
1966 nosso caso está no artigo...

1967 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Enquanto você acha
1968 aí, João, esse detalhe eu não vi no Regimento, porque quando você coloca uma nova
1969 composição não é substituição de membros. Aí você está substituindo ou revalidando.
1970 Em Câmara Técnica que conheço, nunca participei aqui do Conselho Nacional, você
1971 reconduz. Aí tem um jeito lá que as instituições, a sociedade civil indica um tanto, tanto,
1972 tanto e tanto. Agora, se é só para reconduzir os que já estão, é diferente.

1973 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Só para colaborar,
1974 Everton. Nós estamos no segundo ano de vigência deste Conselho. Temos mais dois
1975 anos ainda, então não é nem substituição e nem reconstituição. Aquilo está votado, está
1976 aprovado e tem mais dois anos de vigência. É só se alguém tiver impedido, pede para
1977 substituir. Nós estamos no segundo ano desse mandato desses conselheiros que estão
1978 aqui, temos mais dois anos. Não é substituição de conselheiro nenhum, o Conselho está
1979 no meio do período.

1980 O Sr. Presidente:- Vamos pensar assim, isso que o Mauri está levantando. Está
1981 definido que a SETI, SEED e a Comec são representantes na CTINS. Agora, é evidente
1982 que nós temos que pegar manifestação oficial do que é a SETI agora, que não é mais a

1983 SETI, do que a SEED existe, vai se manifestar e vai indicar, bem como a Comec, vão
1984 indicar os integrantes daquelas instituições. Sempre lembrando que as reuniões devem
1985 ser informadas a todos os conselheiros e abertas para que todos possam participar.

1986 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Só uma sugestão.
1987 Resgate a Ata que foi deliberada a constituição e encaminhe para as instituições
1988 novamente.

1989 O Sr. Conselheiro Eloir Hernani Albert Júnior (Comec):- Presidente, uma
1990 dúvida. A câmara técnica pode ser indicada uma pessoa da Comec, não necessariamente
1991 o conselheiro, titular ou suplente.

1992 O Sr. Presidente:- Qualquer pessoa.

1993 O Sr. Conselheiro Eloir Hernani Albert Júnior (Comec):- Ok.

1994 O Sr. Presidente:- Se ela quiser indicar, por exemplo, um advogado que ela
1995 entende que deve participar, ela pode indicar. É prerrogativa da Comec, como
1996 conseguiu essa vaga, indicar o participante. Por isso que eu digo, agora com a mudança
1997 nessas instituições de estados principalmente, tem que ser feitas as indicações
1998 novamente. E não estamos livre também da Ocepar resolver mudar o integrante dela
1999 também. Isso pode acontecer. A Sanepar certamente vai mudar também, a Fiep.

2000 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Uma pergunta, aqui
2001 no representante da sociedade civil, o Comitê ainda é conselheiro? A Fundação Ângelo
2002 Cretã continua, é ainda integrante do Conselho?

2003 O Sr. Secretário Executivo:- Não, não é. Como ONG não é. Por isso a
2004 necessidade, entre as ONGs, escolherem um representante para esta Câmara Temática.

2005 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Também pode indicar a
2006 Ângelo Cretã.

2007 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Nós nos
2008 candidatamos a...

2009 O Sr. Presidente:- Pode indicar a Ângelo Cretã sim.

2010 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Porque somos
2011 conselheiros, porque acho que é um vínculo. A ABES é parte?

2012 O Sr. Secretário Executivo:- Sim.

2013 O Sr. Conselheiro Ricardo Lorenzon (SEAB):- Ali saiu com um erro, porque ali
2014 na realidade é o representante da sociedade civil, não é a Fundação Ângelo Cretã. A
2015 sociedade civil pode indicar qualquer outra organização, inclusive que não seja
2016 conselheiro.

2017 O Sr. Presidente:- É que na oportunidade ela foi escolhida pela sociedade civil.
2018 Então, fazer hoje uma consulta à Fundação Ângelo Cretã, se eles vão indicar é
2019 pertinente, porque eles estão indicados lá.

2020 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- A instituição indica
2021 qualquer pessoa. A Seab pode indicar gente até de outra instituição.

2022 O Sr. Secretário Executivo:- Vamos ler aqui: “O Presidente do Conselho
2023 Estadual de Recursos Hídricos poderá instituir câmaras técnicas permanente ou
2024 temporária para analisar ou relatar a elas atribuídas que encaminhará, ao final, suas
2025 conclusões ao Secretário Executivo. A composição, o regime, as atribuições e o prazo
2026 de funcionamento, este quando couber, de cada uma das câmaras técnicas constará do
2027 Ato do Conselho que a criar.” No caso esta resolução criou...

2028 O Sr. Presidente:- Mauri, isso cai em um outro assunto que é a questão do
2029 Regimento Interno que temos que rever. Estou vendo que você está se candidatando a
2030 participar das reuniões da Câmara Técnica. Perfeito!

2031 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Se o Ângelo Cretã
2032 não for mais. Como uma instituição, que nem participa mais, vai ter membro
2033 representante de uma câmara? Mas está bom, é assim que manda. Retiro e espero o
2034 Ângelo Cretã se manifestar.

2035 O Sr. Secretário Executivo:- Para casar este assunto com o outro assunto que
2036 vem a seguir, realmente são muitos pontos no Regimento Interno que nós detectamos
2037 que têm que ser alterados. E talvez, Mauri, você com o seu conhecimento poderia
2038 contribuir com o processo neste grupo de trabalho que a gente pretende encaminhar aqui
2039 a discussão agora.

2040 O Sr. Presidente:- Esta resolução está estabelecida. Nós temos que entrar em
2041 contrato oficialmente com todas as instituições, recepcionar os nomes que vierem. A
2042 Fundação Ângelo Cretã, se indicar o nome, será considerado porque está lá na resolução
2043 e, a partir dos desdobramentos dos trabalhos da Câmara Técnica, as melancias vão se
2044 ajeitando com certeza. E a correção desses problemas, eu até estava pensando aqui,
2045 como o Secretário Márcio Nunes me indicou para substituí-lo, já pensei no Regimento
2046 Interno: Será que sou eu mesmo que era para ser indicado? Não diz. Temos que pensar
2047 nisso, até para dar legalidade mesmo. De repente estou presidindo uma reunião que
2048 poderia invalidar, a gente sabe que não será o caso. Mas o desafio de quem vai trabalhar
2049 com o Regimento Interno vai ser detectar essas fragilidades para que não incorremos
2050 em ilegalidades.

2051 Então, podemos considerar este encaminhamento. Vamos mandar ofício para
2052 todas as instituições e recepcionar as respostas.

2053 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Presidente, só um
2054 comentário. Nada também invalida a participação de outras ONGs. Lembro-me que a
2055 Câmara Técnica de Acompanhamento da elaboração do plano de recursos hídricos era
2056 cinco integrantes ainda e temos reuniões com mais de cinquenta, por exemplo.

2057 O Sr. Presidente:- A Ângelo Cretã tem que representar a vontade da sociedade
2058 civil no âmbito da Câmara Técnica. Ou ela ou outra instituição. Então, gente, vamos
2059 aprovar desta forma esta composição e solicitar os retornos.

2060 Agora a proposta de criação da composição do grupo de trabalho para a revisão
2061 do Regimento Interno. Podemos ser bem objetivos e, de antemão, já indico o Mauri para
2062 participar desse GT. (Palmas). E o Instituto das Águas e o IAP gostaria também de...
2063 Ainda estamos com a composição dos três institutos? Cada um dos institutos deveriam
2064 estar representados, Secretário. Então, colocar no GT o ITCG, o Águas e o IAP. E agora
2065 fica aberto para as demais instituições para integrar o grupo de trabalho.

2066 O Sr. Secretário Executivo:- Grupo de trabalho não tem um número específico.
2067 A razão nos diz que grupo de trabalho com muita gente não funciona e pouca gente fica
2068 muito pobre. Então, achar um meio termo, realmente produz bem dentro do sistema de
2069 trabalho.

2070 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Everton, sugiro, para
2071 ser mais enriquecedor, ter alguém de um Comitê de Bacia...

2072 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Pode colocar a Comec também.

2073 O Sr. Conselheiro Mauri César Batista Pereira (Arayara):- Para não ficar só nós,
2074 só uma chapa branca. Vamos misturar um pouquinho. Talvez uma universidade.

2075 O Sr. Secretário Executivo:- A intenção é deixar as instituições se manifestarem.

2076 O Sr. Presidente:- No Águas, por exemplo, podemos indicar o Jurídico do
2077 Águas para participar.

2078 A Sra. Conselheira (Não se identificou):- Com licença, Sr. Presidente, posso
2079 colocar ali a SPVS? (Assentimento). Por favor, então.

2080 O Sr. Secretário Executivo:- Então, temos ali Arayara, IAP, Águas, ITCG,
2081 Sanepar, Comec, Cohapar e SPVS. Ok?

2082 O Sr. Presidente:- Gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento para este
2083 grupo de trabalho. Primeiro que a Secretaria Executiva oficialize as instituições para
2084 indicar as pessoas e os contatos e que nós, por e-mail, já encaminhássemos o Regimento

2085 Interno para que cada um, já na primeira reunião, já venha com propostas de alteração.
2086 Vamos ganhar bastante tempo. Fazemos uma lição de casa primeiro e aí, na primeira
2087 reunião do GT, já teremos as contribuições das instituições. Acho que é um bom
2088 começo. A partir dali acharemos uma estratégia de criar um boneco único e ir
2089 trabalhando em cima das propostas que forem feitas.

2090 O Sr. Secretário Executivo:- Sr. Presidente, são 18h02min, temos mais alguns
2091 temas em pauta.

2092 O Sr. Presidente:- Estamos no limite do nosso tempo, é importante que o
2093 Scroccaro faça os informes do Instituto das Águas, o mais rápido possível, para que
2094 possamos vencer nossa pauta dentro do horário.

2095 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Instituto Águas do Paraná):- Bruno,
2096 você faz um relato bem rápido dos planos?

2097 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Presidente, foi sugerido
2098 algum tempo atrás, em algumas reuniões atrás, que evitasse pauta tão extensa, porque a
2099 gente acaba atropelando e assuntos importantes são deixados de lado. Então, que nas
2100 próximas pautas sejam definidos temas que caibam dentro do horário e sejam marcadas
2101 mais reuniões.

2102 O Sr. Secretário Márcio Nunes:- Sr. Presidente, eu ia sugerir justamente isso. Se
2103 tiver alguma coisa que não possa deixar de ser deliberado agora, a gente faz, mas se
2104 tiver algum informe ou consideração, podemos fazer na próxima reunião pelo adiantado
2105 da hora, inclusive será antiproducente porque todos já estão cansados, com vontade de ir
2106 embora e não vai resolver nada a gente simplesmente cumprir tabela.

2107 Se tiver alguma coisa que não tem jeito, precisa ser aprovado, não como
2108 Presidente, não estou Presidente, mas se tiver alguma coisa que seja imprescindível
2109 deliberamos, senão sugiro que possamos fazer na próxima reunião.

2110 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Instituto das Águas do Paraná):- Sr.
2111 Secretário, só preciso fazer um informe, porque na próxima reunião talvez esteja em
2112 cima, que vamos ter o XXI Encontro Nacional de Comitê de Bacias, do dia 21 a 25 de
2113 Outubro, em Foz do Iguaçu, no Hotel Rafain, onde seremos os patrocinadores e
2114 anfitriões.

2115 Será encaminhado um convite com toda a programação a todos os senhores para
2116 tomar conhecimento do que será tratado. São assuntos específicos, teremos visitas
2117 técnicas nos trabalhos, *cases* que a Itaipu faz, são visitas muito significativas e que terá
2118 um resultado fantástico. Para quem é membro do Conselho, quem faz parte do Comitê

2119 de Bacias, vale a pena participar. Vamos mandar a programação e cada um escolhe os
2120 temas aptos aos senhores. Obrigado.

2121 O Sr. Presidente:- Pois não, Mauri.

2122 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- Se puder mandar no
2123 que o Paraná vai participar, quais as atividades do Paraná, do órgão gestor e outras
2124 atividades que têm, seria legal.

2125 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Instituto Águas do Paraná):- Está dentro
2126 da programação.

2127 O Sr. Conselheiro Mauri César Barbosa Pereira (Arayara):- E aí se vai ser
2128 possível a possibilidade financeira de alguns conselheiros ou não. E por fim, só para
2129 falar, não é assunto deliberativo mas informativo, se eu poderia, como ficou para o final,
2130 fazer os comentários da pauta. No início, quando o Sr. Secretário não estava, falamos da
2131 possibilidade de construir uma pauta de quatro anos, construir uma pauta prioritária.

2132 Como fui indutor da proposta, elaborei alguns itens. Eu acho, no achismo todo
2133 mundo pode, como dizia Noel Rosa, se eu poderia encaminhar ao João para distribuir
2134 aos demais para incentivo ao pessoal matutar um pouco.

2135 O Sr. Presidente:- Mauri, sua proposta foi aprovada, inclusive para encaminhar a
2136 todos os conselheiros e neste momento você dá o *feedback*.

2137 Só queria reforçar, porque é superimportante, o Bruno me lembra bem, que serão
2138 encaminhados para a próxima reunião do Conselho provavelmente, os enquadramentos
2139 dos corpos d'água das Bacias do Piraponema, Paraná III e Litoral, que já estão
2140 aprovados no âmbito dos Comitês. É uma pauta que caberia neste informe dos Comitês
2141 de Bacia e o instrumento de gestão de enquadramento foi trabalhado no âmbito dessas
2142 bacias e é necessário, após a elaboração das audiências públicas, o litoral já teve
2143 audiência pública, está faltando a audiência pública do Paraná III e do Piraponema que
2144 nos próximos dias ou quem sabe nos próximos meses deve acontecer, mas para a
2145 próxima reunião, certamente teremos o enquadramento desses três Comitês. Será uma
2146 decisão muito importante que os conselheiros entendam bem a importância da definição
2147 desses instrumentos de gestão.

2148 Obrigado a todos, damos por encerrada a reunião.

2149 O Sr. Secretário Executivo:- Uma última fala, Presidente, se me permite.
2150 (Assentimento). Queria dizer que a composição desta pauta foi por situações
2151 indispensáveis que tínhamos que dar conta para a ANA, tínhamos que dar todos os
2152 passos para as resoluções, a posse, a aprovação da Ata, enfim, tudo foi em cima daquilo

- 2153 que não deveria ser deixado para uma próxima reunião. Agradeço a todos. Um abraço.
- 2154 (Palmas).